

RECENSÕES

MATE, REYES: **El ateísmo, un problema político. El fenómeno del ateísmo en el contexto teológico y político del concilio Vaticano I**, 224 pp., 23 x 15,5 cm. Ediciones Sígueme, Salamanca 1973.

Num esforço da compreensão do ateísmo contemporâneo, o autor propõe-se estudar o Concílio Vaticano I, já que considera o ateísmo como problema teológico, no sentido de ser um julzo que a Igreja ou os teólogos fazem sobre "determinado fenómeno que não sempre, nem necessariamente se qualifica a si mesmo de ateu" (15). A escolha do Vaticano I explica-se por sua confrontação apologética com a "época moderna".

O cap. I procura localizar o ateísmo na temática e argumentação do Vaticano I. O autor encontra duas acepções de ateísmo: uma no proêmio, outra no corpo da Constituição "Dei Filius". A segunda correspondente à posição "clássica" do problema do conhecimento natural de Deus, tal como a encontramos em Rom 1-2 e em S. Tomás. A primeira, que o autor denomina de "emancipada", é própria da escolástica barroca. Por detrás dessas duas posições do problema, o autor descobre o reflexo de tipos diferentes de sociedade: a teoria "clássica" reflete a sociedade medieval, em que Igreja e Estado constituem uma unidade diferenciada com fundamento comum na fé; a teoria "emancipada" corresponde à época moderna com a procura de autonomia estatal frente a uma Igreja dividida em confissões que já não podem dar unidade política ao Estado.

A posição do problema no Vaticano I é determinada pelos acontecimentos políticos da Revolução Francesa e da Restauração (cap. II). O tradicionalismo arvora-se em teologia da pós-revolução, procurando legitimar através da religião (e concretamente da religião católica) a ordem política da sociedade. Neste contexto, negar a Deus seria negar o fundamento da sociedade. Destarte o ateísmo se apresentava ao tradicionalismo como problema político, já que propugnava a emancipação do sujeito. No plano racional, em que o ateísmo sistemático se articulava, o tradicionalismo, negando a razão autônoma e crítica, não podia encontrar resposta.

Ao êxito tradicionalista, encarnado na primeira Restauração (1814-1830), segue-se sua derrota com a volta da burguesia ao poder (ou mais exatamente com a ascensão da aristocracia financeira ao poder). O poder do estado legitimava-se por si; a religião torna-se assunto privado. Assim não estranha que a revolução de fevereiro de 1848 encontre a Igreja aliada com o pensamento republicano. Entretanto, esmagada a revolução de fevereiro, a burguesia reacionária volta ao poder e, para estabilizar a sociedade, alia-se à Igreja que servirá à política como elemento de conservação da ordem estabelecida. Mas a burguesia

continua a reivindicar autonomia, de forma que o tradicionalismo já não responde mais àquilo que se exige de uma teologia oficial. Nestas circunstâncias, a teologia recorda-se de sua relação positiva com a razão: surge a neo-escolástica.

A nova teologia desloca o problema dominante da relação religião-sociedade para o plano abstrato da relação entre razão e fé (cap. III). Mas para R. M. a neo-escolástica afirma a razão só em função da fé definida a partir da autoridade de Deus e com isto manifesta na realidade desprezo pela razão. Essa contradição, ele a vê confirmada no nível político. A Igreja coexiste pacificamente com a burguesia liberal, mas, junto à tolerância no plano prático, mantém intransigência total frente ao liberalismo no plano dos princípios. A neo-escolástica aceita e ratifica praticamente a ordem social nova e reivindica para si (e para a Igreja) o papel de ditar a moral dessa sociedade, tirando com uma mão o que dá com a outra.

Localizando o Vaticano I no horizonte desses interesses políticos, o autor pensa poder explicar as duas posições sobre o ateísmo, por ele encontradas na Constituição "Dei Filius". No Proêmio, o ateísmo é caracterizado e condenado diretamente como crítica ao autoritarismo eclesiástico e indiretamente como manifestação da teoria política liberal. No corpo da Constituição, o ateísmo é anatematizado como "incredulidade, negação religiosa do Deus bíblico" (173).

Uma resposta ao desafio ateuista tem que partir da aceitação da crítica religiosa ateuista, enquanto a religião foi e é usada em função da política (cap. IV). É preciso reconhecer a intenção justa do ateísmo ao reivindicar a emancipação do homem. Mas esta não é novidade trazida pelo ateísmo proveniente da Iluminação, e sim herança cristã. A resposta à crítica ateuista não está no plano abstrato, neo-escolástico, da relação fé-razão, mas na aceitação da racionalidade moderna em seu caráter de crítica política que se autocritica cons-

tantemente, isto é, no reconhecimento do primado da práxis e do caráter histórico da razão, o que está de acordo com a estrutura interna da mensagem bíblica. Hoje não se necessita uma nova teologia, mas uma nova práxis da Igreja que mostre a racionalidade interna da fé. Concluindo, o autor indica como se deverá realizar a "nova práxis" que postula.

A crítica a uma obra teológica não deveria começar por quinquilharias formais e acadêmicas. Entretanto, tratando-se de uma tese doutoral apresentada na Alemanha, causa surpresa a quantidade de inexatidões nos dados mais elementares. Referências ou citações sem indicar página são comuns (35, n. 21; 107, n. 16; 110, n. 22; 141, n. 85; 167, n. 44; 186, n. 22; sem título!). A mesma obra pode ser citada de diversos modos (assim a "Summa Theologica" é citada na p. 63, n. 83 com a indicação "I, II, 113, 10"; na nota seguinte já é "1-2, q. 5, art. 7"). Artigos são mencionados sem as páginas da revista em questão (68, n. 95; 75, n. 113; 152, n. 17; 153, n. 18). Há títulos errados (68, n. 95; na p. 62 o autor menciona um tratado "De angelis", de S. Tomás — Summa Theologica I q. 50 ss.? —, enquanto a nota 80 remete à "quaestio disputata de caritate"). Indicam-se páginas de edições nunca mencionadas (68, n. 97; 70, n. 102 e 103; 71, n. 104). Em outros casos é preciso adivinhar (assim: que significa o "IV" na p. 76, n. 115? Sem dúvida "Gesammelte Schriften", vol. IV, como se vê na p. 214, mas não há indicação alguma que o esclareça). Obras são citadas sem indicação de lugar ou data (135, n. 69; 137, n. 75; o caso da p. 103, n. 6, ainda seria desculpável, pois há obra com título quase igual na bibliografia: mas será a mesma?). As vezes fica-se em dúvida sobre a autoria do texto citado por falta de indicações suficientes (O segundo texto em letra pequena à p. 114 é de Donoso Cortés ou de Inácio de Loyola? A nota 33 remete a Donoso, mas o texto é inaciano, embora não exatamente

de acordo com o original espanhol do Livro dos Exercícios. Outro exemplo: o texto em letra miúda na p. 140 é de Montalembert ou de Veuillot? E onde se encontra?). Títulos são citados inexatamente (As duas mais famosas obras de Kleutgen aparecem à p. 161, n. 27, com os títulos "Theologie der Vorzeit vertheidigt" e "Philosophie der Vorzeit vertheidigt". Ora, é evidente que a palavra "vertheidigt" — por mais marcante que seja para a atitude de Kleutgen — não pertence ao título, mas é uma variante do costume da época de ligar o título do livro com o nome do autor por expressão correspondente a "da autoria de"). Não se indica o número de volumes de determinadas obras (assim é o caso para as obras de Kleutgen recém — mencionadas). Citam-se frases sem indicar as fontes exatas (Paulo VI e Pio XI na p. 169; E. Bloch na p. 191; O. G. de Cardedal na p. 207; nas pp. 195-196 cita-se Kant, Crítica da Razão Pura, sem indicar a edição usada e nem sequer se a paginação indicada remete à edição A ou B).

Se os lapsos fossem só formais ou só de revisão (há numerosos erros de imprensa!), ainda não haveria maior problema. Mas há também lapsos de fundo. — Pio IX aparece duas vezes assinando a Concordata com Napoleão I, em lugar de seu predecessor Pio VII (134-135; o erro talvez se explique pela menção de Pio IX na n. 87). — Gioberti é qualificado anacronicamente de modernista (147, n. 7). — A Encíclica "Aeterni Patris", com que Leão XIII recomendou o tomismo como filosofia e teologia oficiais da igreja, nunca aparece com nome certo: na p. 148 o nome ocorre para designar a Encíclica "Rerum Novarum"; na p. 164 e na p. 199 a encíclica do tomismo chama-se "Pastor Aeternus"; na p. 166, n. 40 passa a "Aeterni Pastor". — Na p. 69 o autor refere-se à polémica de Caetano com o "tríplice argumento de Scotus" e depois só cita dois argumentos. Tal inexatidão ainda

é desculpável, mas será suficiente comparar a "política" de S. Tomás com a de Aristóteles em uma penada sem qualquer referência seja às fontes, seja à litteratura secundária (102)?

Mesmo em pontos referentes ao tema tratado há inexatidões. O resumo da resposta dos cardeais consultados por Pio IX sobre um possível concílio não atesta unanimidade, como o quer R. M. (29), antes constata que, das 15 respostas enviadas até fevereiro de 1865, 13 eram afirmativas e duas negativas (cf. M 49, 93B-C). E, se é verdade que "não se nomela como razão (de convocar o concílio) a necessidade de definir a infalibilidade" (29), põe-se-na como matéria do Concílio em segundo lugar, logo depois da condenação dos erros atuais e do revigoramento da religião e da moralidade: "Tratar outras matérias... especialmente definir a infalibilidade do Romano Pontífice, quando fala 'ex cathedra' (M 49, 96A).

Essa lista, que não pretende ser completa, apresenta só miuçalhas que talvez se devam desculpar numa tese doutoral (ou talvez justamente não se devessem desculpar). Mas o acúmulo desperta no leitor de uma obra que aborda tema tão candente e de tais conseqüências para a práxis política e eclesial, viva desconfiança com relação à seriedade das análises históricas que não são tão facilmente verificáveis como os pormenores apontados. Por mais apaixonantes e deslumbrantes que sejam as interpretações político-sociais do autor (e sua atração é inegável), verdura o receto de estarmos frente à obra de um diletante. Desejar-se-iam provas mais cabais para suas afirmações. Sem dúvida as análises do tradicionalismo no cap. II e da neo-escolástica no cap. III são agudas e terão validade em seus traços gerais. Para dizer exatamente até que ponto, seria necessário refazer a obra de R. M.

A presente crítica deter-se-á num ponto central: a escolha do Vaticano I para detectar o fundo

político do ateísmo. A intenção do autor de aplicar ao dogma o método histórico-crítico da exegese é digna de aplauso (18-24). Entretanto, nessa sua preocupação justa, o autor descarta princípios hermenêuticos tradicionais que conservam seu sentido e até adquirem maior importância no contexto do método histórico-crítico. O autor esquece de considerar que um texto conciliar é o denominador comum de diversas tendências e por isso não descobre que, apesar e através da mentalidade geral restauradora, a Constituição "Dei Filii" termina por alcançar um equilíbrio muitas vezes admirável na expressão da fé católica. Da mesma forma o autor não distingue o diferente valor dogmático do Proêmio com relação aos capítulos e cânones, dando demasiada importância àquele em detrimento destes. Assim é preciso dizer que o Concílio anatematiza a negação do Deus bíblico (cf. DS 3021) e não o anti-teísmo (negação filosófico-política de Deus) (contra a afirmação da p. 170, no que se refere ao Concílio). No que diz respeito à "realização filosófica da possibilidade escriturística relativa ao conhecimento natural de Deus", R. M. julga que o Vaticano I a liga "à afirmação de determinados pressupostos filosóficos" (50), o que a simples hermenêutica tradicional já poderia negar. Embora comuns e evidentes para a maioria dos Padres Conciliares, aqueles pressupostos não pertencem à definição dogmática (cf. H. -J. Potmeyer, *Der Glaube vor dem Anspruch der Wissenschaft*, Freiburg 1968, n. 189-204, especialmente 202-203). Por tudo isso, o recenseador é de opinião que o Vaticano I não era o tema conveniente para a finalidade que R. M. se propunha, de mostrar o fundo político do ateísmo e do combate ao ateísmo, já porque não o ateísmo, mas a filosofia moderna de Descartes a Hegel é objeto da preocupação do Concílio, como o próprio autor o reconhece (97). Que o Concílio tenha visto nessas filosofias (por motivo político ou por

outro qualquer) formas de ateísmo e as tenha como tal condenado, é afirmar demais. O fato de Pecci reduzir o pantelismo e o racionalismo ao ateísmo (35) ou de o Proêmio da Constituição "Dei Filii" afirmar relação causal (e não identidade) entre a mentalidade racionalista e o ateísmo (49), ainda não significa que o Concílio suponha em seus cânones semelhante identificação.

Evocando a acusação de ateísmo, levantada contra os primeiros cristãos, o autor procura acentuar a relevância política constante do ateísmo. Negando-se a reconhecer valor absoluto ao Estado, os cristãos eram ateus "não por matizações teológicas, mas por razões políticas" (183). R. M. encontra sua interpretação confirmada pelo fato de os apologistas dos primeiros séculos não terem podido chamar os pagãos de "ateus", "pois estes não negavam a divindade da *pólis*" (83). Essa fundamentação não coincide com os textos. A razão de os apologistas não chamarem os pagãos de ateus, está em que estes reconhecem a existência de *deuses*, embora falsos. Só seria ateu quem, como Diágoras, negasse todo e qualquer ser superior. É o que se pode ler claramente em Atenágoras, *Legatio pro christianis* (4) (PG 6, 897 e 900) e 14 (PG 6, 916-917). O que os apologistas fazem, é, portanto, negar a acusação jurídica (política) de "ateísmo" e transformá-la em problema teológico para assim deixaram de ser considerados "ateus" (cf. também Justino, *Apologetica* prima 6, PG 6, 336). O fenômeno do "ateísmo como incredulidade" não é, pois, tão novo, como o deseja R. M. (184). Já Atenágoras o supõe claramente (*Legatio pro christianis* 4, PG 6, 897 e 900). E na Idade Média S. Anselmo podia chamar de "insipientis" a quem negasse o Deus cristão de seu argumento ontológico (cf. *Proslogion*, cap. II: *Opera Omnia*, vol. I., ed. F. S. Schmitt, Londres 1946, p. 101) (e R. M. admite que S. Anselmo se refere ao Deus cristão: 83-84). Sua negação era, pois, "ateísmo como incredulidade", senão ateísmo real

(já que ninguém negava a Deus), pelo menos reconhecido como possível.

O livro de R. M. é uma obra que se lê com interesse e apresenta perspectivas sumamente sugestivas e novas. Depois deste livro ninguém pode descurar a dimensão política do ateísmo. Em ter chamado a atenção para o problema

está seu grande mérito. Mas, a par de suas intuições originalíssimas, a obra apresenta importantes senões. Não obstante mereceu ao autor, na Alemanha, o doutorado em Teologia e, na Espanha, a primeira colocação com o prêmio "Mestre Ávila" para ensaio religioso.

Francisco Taborda

BROWN, Raymond E.: Jesús, Dios y Hombre, tradução do original Inglês por A. D., S. J. (Colección "Mundo Nuevo"/20), 150 pp., 19 x 12 cm. Editorial Sal Terrae, Santander 1973.

Este livro, que aparece agora na tradução espanhola, vem a ser o texto de dois trabalhos do autor pelos anos de 1965 e 1967, publicados em forma de dois artigos e agrupados aqui em um livro. Já estamos a uma distância de 9 e 7 anos, respectivamente, dos dois artigos. Sente-se que a problemática naquele tempo era nova e o autor usa de enorme cautela na maneira de abordar os temas a fim de não ferir a mentalidade do católico médio. São dois temas independentes, mas que têm relação e vão bem num único livro. Trata-se no primeiro trabalho de uma pesquisa exegética do uso do título de Deus — Theós — para Jesus no Novo Testamento. No segundo trabalho, também de natureza exegética, pergunta-se pelo conhecimento e autoconsciência de Cristo.

R. Brown, como exímio exegeta, procura, a partir das regras hermeneúticas da exegese moderna, analisar o Novo Testamento e o uso que ele faz do termo Deus para designar Jesus Cristo. Não se trata pois de ver em que medida e em que maneira de compreensão se afirma no N. T. a divindade de Cristo. O fato da divindade dele é dado dogmático, definido em Nicéia, Calcedônia e repetido nos credos. Trata-se do uso do termo Deus aplicado a Jesus. Divide os textos em três grupos. Há um grupo de textos (p. ex.: Mc 10, 18; Mc 15, 34; Ef 1, 17; Jo 17, 33, etc.) em que o título de Theós é aplicado a Deus

(Pai) em oposição a Cristo. Há outro grupo, em que o uso do termo Theós é duvidoso se de fato deve ser entendido como aplicado a Cristo (Gál 2, 20; At 20, 28; Jo 1, 18; Col 2, 2; 2 Tess 1, 12; Tt 2, 13; 1 Jo 5, 20; Rom 9, 5; 2 Pedr 1, 1), seja por causa das variantes textuais, seja por causa da sintaxe. R. Brown, após acurada análise exegética, crê que se devem entender aplicados a Cristo os textos Tt 2, 13; 1 Jo 5, 20; Rom 9, 5 e 2 Pedr 1, 1. Há um terceiro grupo onde o termo Theós é claramente aplicado a Cristo (He 1, 8-9; Jo 1, 1; Jo 20, 28). Depois deste balanço, tenta explicar o fato de que em 8 casos o termo Theós é aplicado a Cristo. Não se deve ficar surpreso de tal fato, pois a expressão "Jesus é o Kyrios" era popular nos tempos do N. T. Kyrios aparece na versão dos LXX como tradução grega de Javé, enquanto Theós de Elonim. Daí o passo de Theós para Jesus, chamado kyrios, não é longo, ainda que no início esse termo estava reservado a Deus Pai.

Uma análise detalhada dos textos que usam o termo Theós para Cristo nos mostra que eles são tardios, o que faz crer que foi necessário tempo para tal evolução. A tradição sinótica não o usa. Antes, Mc 10, 18 parece fechar a porta para tal. Assim nas camadas mais antigas do N. T. Jesus não era chamado de Theós. Tal uso começa pelo ano 60 (na hipótese de que Rom 9, 5 seja aplicado a

Cristo). Já pelo ano 90 se torna freqüente: João e outros escritos da Igreja primitiva: Inácio de Antioquia, Clemente (2 Clem 1, 1). O uso não ficou restrito a uma parte, mas difundiu-se pela Grécia, Macedônia, Alexandria, Roma, Ásia Menor. Terá nascido no contexto judeu-helenista, pois de um lado tem ligação com o A. T., doutro lado denota já mundo cultural grego (Jo 1, 1 reflete o fundo bíblico de Gn 1, 1). O lugar mais provável do nascimento terá sido a liturgia e o culto, já que os textos principais refletem ser uma doxologia. É um termo que não quer diminuir a humanidade de Cristo, nem é uma definição essencial que objetive a Deus, mas antes uma aclamação de Jesus como Deus, feita nas orações do culto.

Na segunda parte do trabalho, o tema é da ciência e consciência de Cristo. R. Brown analisa os diversos campos de conhecimento de Jesus para ver como aparece no N. T. o problema da limitação do conhecimento de Cristo. O problema nasceu de si no campo da dogmática, como reação ao axioma da teologia tradicional de que nenhuma perfeição possível deve ser negada a Cristo, desde que ele a pudesse ter. Daí que se lhe atribuíam diversos tipos de conhecimento, excluindo toda limitação. A exegese veio colaborar para fornecer dados mais exatos a fim de que os teólogos pudessem caminhar na sua reflexão.

R. Brown segue de novo um modo muito didático e claro. Distingue diversos tipos de conhecimento e vê o que diz o N. T. sobre o conhecimento de Cristo nestes campos.

1. O conhecimento de Jesus dos assuntos ordinários da vida. Há textos que indicam ignorância do que acontece a seu lado (Mc 5, 30-33). Há outros que mostram Jesus ter um conhecimento extraordinário sobre-humano (Jo 6, 5; Mc 2, 6-8; Mc 11, 2; 14, 13s; Mt 17, 24-27). Desta dupla série, conclui Brown que há uma tradição evangélica que fala da ignorância de Jesus a respeito das coisas comuns, mas doutro lado mostra um Jesus

com conhecimento e percepção fora do ordinário. Qualidades, aliás, que têm antecedentes na Escritura, ao falar dos profetas.

2. Em matéria religiosa vemos que Jesus participa do mundo de conhecimento religioso de seus contemporâneos, seja usando citações equivocadas da Escritura (Mc 2, 26 = 1 S 21, 1-6: não se trata de Abiatar mas de Ahimelek), seja usando textos sem senso crítico (Mc 12, 36: cita Sl 110 e o atribui a Davi), com interpretações fora do sentido literal (Jo 10, 33-36 cita Sl 82, 6; Mc 12.36 = Sl 110). Mas doutro lado assume posições originais, corrigindo interpretações correntes. Concluindo pode-se dizer que em questão de genuinidade, forma literária, historicidade, princípios de hermenêutica, o Jesus dos evangelhos reflete as idéias freqüentemente inadequadas e até errôneas de seu ambiente.

3. No uso dos conceitos religiosos de seu tempo, Jesus também se exprimiu dentro das categorias comuns do seu meio, a respeito do demônio, da vida ultraterrena, do fim dos tempos. Quanto ao conhecimento do futuro, como de sua morte, da destruição de Jerusalém e do fim do mundo, temos muitos problemas exegéticos. Pode-se concluir que dificilmente Jesus teria falado de modo claro e detalhado de acontecimentos futuros. Ele tinha, sim, uma convicção de que o Reino de Deus vitorioso viria por sua morte e que Deus mostraria sua glória. Esta aconteceu de fato no evento de sua ressurreição e não ainda com a parusia, como certos textos parecem querer demonstrar.

O exegeta, portanto, é inclinado a aceitar a limitação dos conhecimentos de Jesus. Esta hipótese está mais de acordo com os textos. Ainda que dentro do próprio Novo Testamento, sobretudo em João, aparece a tendência a ver o Jesus terrestre envolto pela glória do ressuscitado, eliminando toda limitação de conhecimento.

Outro problema diferente é o da autoconsciência de Jesus. Não é de si um tema da exegese, a não ser indiretamente. A exegese só pode

falar das categorias que Jesus se atribuiu ou não, mas não de sua própria consciência. Esta apareceria mais claramente, não por uma pesquisa do uso do título messias ou filho de Deus, mas a partir de todo o conjunto da vida de Jesus. Através dela se poderia ter uma idéia de como Jesus descobre sua missão e se entende em relação a Deus.

Estamos diante de um trabalho feito com muita seriedade e responsabilidade. R. Brown procura, ao lado de uma aguda acriba exegetica, unir equilíbrio e senso de Igreja. Mostra muito bem o limite das pesquisas exegeticas e como

elas não se opõem à fé. Indica o caminho como se poderia encontrar mais luz sobre o problema da consciência de Jesus.

É trabalho que lido hoje não apresenta muita novidade para quem tem seguido tal tipo de literatura. Certas cautelas que o autor toma denotam outro contexto, onde suas idéias poderiam aparecer como muito revolucionárias. Mas mesmo assim merece ser lido, pois esclarece. É muito didático e de fácil leitura. Não emaranha o leitor em finuras exegeticas, mas apresenta o núcleo da questão. Muito claro e contundente.

J. B. Libânio

PIKAZA, Javier: Las dimensiones de Dios. La respuesta de la Biblia. 294 pp., 21 x 13 cm, (Col. Nueva Alianza n.º 57). Ediciones Sigueme, Salamanca, Espanha, 1973.

Constata o autor que nunca Deus foi tão falado como agora. Por isso pretende ele oferecer seu concurso para que esta fala revista alguma utilidade em termos de serviço a uma mais completa compreensão do próprio homem, pois julga o autor que há uma proporção entre os dois conhecimentos. O livro divide-se em três partes. Na primeira, com certa rapidez, esboça a treva em que jaz Deus para o homem moderno. Numa palavra, ele quer referir a morte cultural de Deus. Por causa deste tipo de ocultamento, busca uma nova alternativa, onde será possível dar-se a implicação de Deus, qual seja a via dos caminhos dos homens. Pois nestes caminhos é que significativamente Deus poderá mostrar-se, e somente com este expediente poderá chegar-se a sua postura em nível de conhecimento. Na 2.ª parte, o autor quer mostrar uma comunhão com a crise de nosso momento histórico-cultural. Numa ligação ao Deus Cristão, começa mostrando as crises por que também passou a experiência de Deus por parte do povo hebreu. Em primeiro lugar, foca a diferença entre uma visão mítica da realidade, onde Deus, homem e realidade

coincidem, numa confusão de morte de transcendência. Opõe a esta tipologia de compreensão a hermenêutica do Deus do Povo de Israel, pelo seu caráter de transcendência. Chama atenção para a especificidade desta angulação do problema, dadas as diversas tradições religiosas que circundam o povo de Israel. Sinteticamente, o autor é feliz nesta abordagem. Dentro da compreensão do povo hebreu, Deus é visto como o Deus do Êxodo, da Aliança e da Promessa; por conseguinte, o Deus da experiência de libertação, da experiência de comunhão, e o Deus da experiência de esperança. Deus surge numa angulação de futuro, que permeia a tematização do presente do homem. Todavia o autor vai analisando a história do povo e mostra como em Jó e Eclesiastes este posicionamento do povo hebreu também descamba numa terrível crise. Apela ao caráter simbólico destes dois momentos do pensamento bíblico. Analisa as duas alternativas de solução: a alternativa sapiencial e a alternativa apocalíptica, mostrando que nem uma nem outra conseguem dar uma solução plausível à crise da

história do povo, mantendo-se em aberto o caminho para o anúncio salvífico de Jesus de Nazaré, como a graça e presença da própria resposta de Deus à crise que o próprio Deus do Êxodo deixara no coração do homem. Na 3.^a parte, a abordagem é cristã. A História do Povo estava grávida, e presenciou a parturição de Deus em Jesus Cristo. Deus é tão transcendente que pode vincular-se pobremente à condição humana na pessoa humana de Jesus, dizendo existencialmente o paradoxo da própria vida do homem. Nesta parte, o autor tenta elucidar a compreensão trinitária do Deus Cristão, mostrando bíblicamente as relações entre o Pai e Jesus, e o Espírito que é o presente de Jesus aos

homens, e que sustenta a Igreja no tempo, durante o tempo da esperança, em que ela alimenta o fogo da promessa sediada agora na experiência da ressurreição como a palavra última de Deus como saída para o impasse crítico de Jó e Eclesiastes. Do ponto de vista bíblico, o livro é bom e recomendável. Do ponto de vista da problemática que atinge o homem de hoje, me parece um pouco ingênuo, embora esboce pinceladas rápidas no início sobre a necessidade de uma nova impostação, e que não vi serem levadas a sério nas 2.^a e 3.^a partes do livro. Fica, porém, o valor da análise das crises, já que Deus não é manipulável.

José Martins Carvalho

RAHNER, Karl: "Teologia e Bíblia". Tradução organizada e coordenada por Edvino Roger, 200 pp., 22 x 14 cm (Col. Teológica-3), Ed. Paulinas, São Paulo.

A Sagrada Escritura e a Teologia não são dois estágios, ou dois pólos justapostos e apresentados à vivência cristã. Ambos estão em apoio e expressão da Fé. O primeiro apresenta a vivência espontânea e testemunhante e no segundo temos a reflexão da consciência cristã sobre a sua vivência.

A Escritura se refere ao fato Jesus Cristo em toda a sua dimensão histórico-salvífica. Nela, por mistério, comungamos de Jesus Cristo Verbo. Sua força deriva do caráter encarnatório da Palavra que se faz carne, acessível aos homens. Neste sentido o desvelamento do Verbo, continuado e presente na Igreja, resume e capitaliza a revelação em Jesus Cristo. Cessa, pois, a revelação que culmina na única revelação-Jesus Cristo. Prolonga-se na vivência pessoal dos apóstolos que experienciaram o Verbo feito carne. Aqui se radica o sentido da tradição na Igreja. Enquanto a história mesma não se esgota no seu sentido escatológico. E paradoxalmente a história deixa de existir com a revelação plenificante de Deus no

Homem Jesus. No tempo dos homens, entretanto, permanece latente uma descoberta progressiva do já-revelado. Todo o esforço teológico deriva como uma anamnese da revelação total na consciência da Igreja.

Ora, disso temos que a Teologia é a reflexão da consciência histórica cristã do fato Jesus Cristo, presente na vivência da comunidade e da pessoa. Hipostasiar a Teologia da Vida seria tão lamentável como hipostasiar a Teologia da Revelação. Porque a Revelação é a condição de possibilidade do sentido mais profundo da vida Cristã. A Igreja se reconhece na Escritura como extensão da sua vivência. Nosso passado não nos é estranho, ainda quando este não está presente à nossa consciência. Da mesma forma a consciência da Igreja se identifica com a tradição e a Escritura, como vivências dela própria. Apesar de esgotada em Jesus Cristo a plenitude revelatória, a Igreja não cessa de re-descobrir-se na vivência a fidelidade histórico-escatológica. A Revelação

fechou a História. Mas, é evocada com referência existencial consciente e histórica — hic et nunc — em cada homem que se descobre como um momento histórico, em que explode a continuidade do Espírito de Cristo.

Neste sentido a Escritura é "norma: *non normata*", e a condi-

ção de autocompreensão do fenômeno humano. A tradição, longe de ser um aglomerado cultural de experiências ultrapassadas, arquivadas sem continuidade, torna-se a síntese existencial do "até-hoje" que nos permite a continuidade da história da salvação.

Luiz Augusto Passos

FEINER, Johannes e LOEHRER, Magnus: *Mysterium Salutis, II A história salvífica antes de Cristo, 3 Antropologia Teológica*, tradução do original alemão, 360 pp., 23 x 16 cm, Editora Vozes, Petrópolis, R. J., 1972.

O presente volume da tradução brasileira do *Mysterium Salutis* abrange três capítulos do 2.º Volume da edição original. A coordenação da tradução, baseada na introdução do capítulo 8.º (p. 5), deu-lhe o título de "Antropologia Teológica". Os três capítulos estudam o homem, "escolhido pelo próprio Deus como parceiro da aliança" (p. 6). Antes de estudar a história da salvação, os coordenadores da obra desejam dar a conhecer o sujeito humano desta história, como a revelação no-lo apresenta (cf. p. 6).

Não esquecendo capítulos que já precederam, e que, entre outros dados, apresentaram a unidade profunda do plano de salvação, o Capítulo 8.º inquirir sobre o "significado da criaturidade humana" (p. 6): "O homem enquanto criatura". Este capítulo abrange o estudo das sete seguintes dimensões.

1.º "A origem do homem", dos primeiros homens e de cada indivíduo (por Johannes Feiner). O autor, seguindo nitidamente estudos de Karl Rahner, apresenta a posição teológica face ao problema da evolução.

2.º "O homem como união de corpo e alma" (por Francis Peter Florenza e Johann Baptist Metz). Os autores, sem cair nem em dualismo exagerado, nem em monismo extremo, acentuam a unidade integral do homem, mostrando as implicações desta realidade na ordem da salvação, do pecado, da escatologia, isto é, na ordem con-

creta da vida. Sem desmerecer outros aspectos desta monografia, gostaria de ressaltar a maneira positiva e construtiva com que os autores encaram as posições do magistério, ao longo da história, relativas ao "corpo" e à "alma". Hoje a reflexão sobre estas posições nos mostra que, embora irreflexamente, visou-se sempre salvaguardar o homem em sua unidade total, contra posições que acentuavam uma dimensão do homem, em detrimento ou com exclusão de outra.

3.º "O homem como pessoa" (por Christian Schütz e Rupert Sarach). É a seção que, em uma síntese do que precede e segue, responde à pergunta: "quem é o homem"? O homem é ser pessoal. Após a análise do "horizonte histórico em que surgiu a questão sobre o homem como pessoa", e uma sucinta e feliz descrição "fenomenológica da estrutura da pessoa" os autores aprofundam, sob o prisma ontológico e teológico, a estrutura da pessoa. Alguns tópicos do resumo final, dado pelos próprios autores, nos revelam não só a riqueza desta monografia, mas a dignidade e grandeza do homem, na pluridimensionalidade de suas dimensões: "Pessoa expressa o ser mais íntimo de cada homem, o seu eu, enquanto não consegue entender-se a não ser numa correlação mútua com o tu. Esta relação é essencialmente verbal, pois vive de apelo e de resposta; é dom recebido e é doar, pois ela se fundamenta sobre o

dom gratuito, que se torna para nós uma tarefa a ser cumprida livremente. Ela é relação de amor, pois nela habita dinâmica criadora. Não conseguimos dizer 'eu', senão na medida em que nos compreendemos como relacionados a um tu. O fundamento da pessoa assenta sobre a relação com o tu, que nos liga a Deus Criador e a Cristo, o 'Novo-Criador', perante o qual devemos considerar todo o nosso ser pessoal como resposta de amor". "Consideramos a pessoa sempre como em contínuo devir". "Cada pessoa singular é **inconfundível e não-repetida**, enquanto representa fundamentalmente o apelo exclusivo e único de Deus, que me chama por meu nome". Cada pessoa é um mistério profundo, inviolável, nunca é objetivável (pp. 87-88).

Mais quatro dimensões são desenvolvidas em seções subsequentes:

4.º "O homem e a palavra" (por Ferdinand Ulrich). 5.º "Bissexualidade e matrimônio" (por Herbert Doms). 6.º "O homem e as comunidades" (por Georg Holzherr). 7.º "A força criadora do homem. Teologia do trabalho e da técnica" (por Jakob David).

O capítulo 9.º, elaborado por Wolfgang Seibel, estuda "o homem como imagem sobrenatural de Deus". Trata-se do estudo de uma das categorias com que o homem é apresentado na bíblia: "imagem de Deus", da evolução histórica desta concepção e de sua explicação sistemática. O capítulo aborda também o hoje tão discutido e questionado tema do "estado original do homem".

O capítulo 10.º apresenta-nos "o homem no pecado". Piet Schoonenberg, o conhecido teólogo holandês, retoma e refunde, num estudo aprofundado de quase 100 páginas, o que já publicara antes sobre: "A natureza do pecado", "As consequências do pecado", "O pecado do mundo", "O pecado original", "O pecado original e o pecado do mundo". Sem desmerecer as boas reflexões sobre a natureza do pecado e suas consequências, desejaria ressaltar as considerações

claras, precisas e profundas feitas pelo autor sobre o "Pecado do mundo". Mais do que as reflexões, a tremenda realidade da "situação de pecado" e do estar cada um "situado", "atingido", "influenciado" intrinsecamente pelas ações livres pecaminosas dos outros e de suas concretizações em palavras, atos e estruturas, deveria ser tomada muito mais em conta na pastoral e na espiritualidade. A mesma importância deve ser dada, na pastoral e na vida cristã, à "situação de graça" em que vivemos, e da influência, também intrínseca, dos atos salvíficos, dos atos bons dos outros sobre nós.

Nas seções sobre o pecado original, o autor procura determinar o que realmente o magistério quis ensinar sobre o pecado original; deseja permanecer fiel ao essencial da doutrina ensinada pelo magistério; tenta reinterpretar esta doutrina para categorias compreensíveis aos homens de hoje, e julga poder identificar o "pecado original" ao "pecado do mundo", como o procurou explicar numa seção anterior. Reconhece que alguns problemas, como o da universalidade do pecado original, não ficam bem explicados em sua teoria. Todos os teólogos sabem as dificuldades que são levantadas à doutrina do pecado original, assim como era explicada até há pouco. Há diversas tentativas, na teologia, para compreender um pouco melhor o tremendo mistério do pecado, a solidariedade de todos no pecado. A tentativa de Schoonenberg é uma das muitas. As contribuições dele a uma maior compreensão deste mistério são valiosas, mas parece-me que a redução do pecado original ao pecado do mundo não satisfaz. Entre outros motivos: o indivíduo, que "está situado" na "situação de pecado", não é modificado radicalmente após o batismo, ele continua da mesma forma "situado" na mesma "situação de pecado".

O estudo desta "antropologia teológica", que supõe os capítulos do Volume II/2, coloca o leitor a par de uma compreensão cristã do

homem, assim como a teologia católica atual, na linha dos ensinamentos bíblicos, patrísticos, medievais e ulteriores, a apresenta.

Um estudo sério da antropologia teológica não pode prescindir desta obra de conjunto.

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

ANDRADE, Manuel Correia de: *Aceleração e Freios ao Desenvolvimento brasileiro*, 180 pp., 21 x 13,5 cm. Editora Vozes, Ltda. Petrópolis, RJ, 1973.

O livro é uma coletânea de diferentes artigos, que ganham unidade no tratamento de uma constante no processo de desenvolvimento brasileiro: desníveis setoriais e regionais.

1. Os Agentes Aceleradores e de Freio do Desenvolvimento da Economia Brasileiro. Primeiramente o autor situa o Brasil no conceito de subdesenvolvimento, inserindo-o no terceiro grupo: países em vias de desenvolvimento. No estudo da importância da indústria brasileira dá uma visão panorâmica da conjuntura industrial, citando o grau das indústrias mais significativas. Com um apanhado histórico, desde a sua origem até hoje, dos principais momentos e circunstâncias, que geraram o parque industrial, bem como o condicionam, analisa a formação do parque industrial brasileiro. Conclui este primeiro artigo com: o papel da indústria e a aceleração e a freagem ao crescimento da economia brasileira. A aceleração deve-se ao crescimento da indústria pesada: mineração e outras. Como freios funcionam a agricultura, sem aplicação técnica; a falta de mão-de-obra especializada; os desníveis setoriais e regionais, etc. Ainda chama a atenção para o êxodo rural, que incha as grandes cidades, provocando sérios problemas sociais. Neste primeiro artigo o autor dá ao leitor, com o auxílio de tabelas, uma visão da problemática da economia brasileira.

2. As tensões Sociais e a Problemática da Reforma Agrária no Nordeste. O artigo começa dando uma fundamentação histórica da estrutura fundiária de Pernambuco, que nos últimos três séculos deu origem ao dualismo regional:

latifúndio-minifúndio, ponto nevrálgico de questões sociais. O desenvolvimento das usinas caracteriza-se pela passagem dos engenhos, de pequena exploração e produtividade, para as usinas de exploração territorial mais extensa e aumento de produção. Faz um apanhado dos principais problemas geo-sócio-econômicos da região. Terminado, o autor chama a atenção para o sindicalismo, por muitos anos relegado ao papel, e cooperativismo para resolver os problemas sociais e agrários da região. Também este estudo é ilustrado com muitas tabelas e dados estatísticos.

3. Estrutura Fundiária e Sistemas Agrícolas no Maranhão. O artigo inicia, após a introdução, com uma análise da estrutura fundiária do Maranhão, que se caracteriza pelo alto número de minifúndios, mas ocupando tão-somente um vigésimo da área apropriada, e o pequeno número de latifúndios, que ocupam quase a metade da área apropriada. Segue-se um estudo das implicações econômicas, políticas e sociais do predomínio do latifúndio. Repete-se, segundo muitos escritores, embora se preveja a sua decadência, o feudalismo. O coronel, dono de uma área, domina econômica, social e politicamente àqueles que vivem em sua área. A análise da agricultura do Maranhão, embora atrasada, constata ser ela a principal fonte de renda do estado. A principal cultura é o arroz, seguida de outras. Na continuação da análise da agricultura o autor chama a atenção para a influência do "coronel" e do "industrial-comerciante" sobre os processos agrícolas e comerciais da região. Estrangulam qualquer possibilidade dos

agricultores de superação de sua situação precária, impedindo planos e projetos do governo — como o crédito rural — para a solução dos problemas rurais da região.

4. Os transportes e rede Urbana no Maranhão. Na análise do sistema de transportes aparece a precariedade do setor, que só está relativamente desenvolvido no que diz respeito ao aéreo. Rodoviário é incipiente, fluvial decadente e ferroviário estagnado. A rede urbana do Maranhão não apresenta cidades de expressão nacional, e não tem cidades que se constituem em centros polarizadores.

5. A Estrutura fundiária e o sistema de exploração agrícola em Pernambuco. O autor divide o Estado em três regiões características: zona da Mata, zona Agreste e zona do Sertão. Faz uma descrição da estrutura fundiária das regiões, ilustrada com tabelas e dados estatísticos. Comenta também as principais culturas de cada uma, igualmente ilustradas.

6. Latifúndios, cana-de-açúcar e coco no norte de Alagoas. Primelramente o autor faz uma análise histórica do desenvolvimento da cultura do açúcar, na assim chamada, sub-região da cana-de-açúcar. Em seguida estuda a cultura do coco e pesca, na sub-região do coco e da pesca. Fornece elementos geo-sócio-econômicos das regiões.

7. A problemática do técnico na dinâmica do desenvolvimento. O artigo analisa a importância e problemas de formação do técnico, os principais obstáculos à atuação do técnico: malícia, preconceitos sociais e religiosos, estrutura político-administrativa.

O livro, em geral, contém excelentes elementos geo-sócio-econômicos das regiões estudadas, possibilitando ao leitor um bom subsídio para o conhecimento destas regiões, muito significativas no contexto do desenvolvimento brasileiro.

Geraldo A. Schweinberger

HECKEL, Roger — MANARANCHE, André: Política e fé, tradução do original francês de Germán Mártel (Séptimo Sello, n.º 20), 148 pp., 20,5 x 11 cm, Ediciones Sigueme, Salamanca (Espanha), 1973.

Um livro pequeno, mas que faz pensar. Os autores enfrentam-se com um velho tema: as relações entre a cidade terrestre e o reino de Deus, na vida temporal do cristão. Um tema desse tipo exigia uma clarificação prévia dos conceitos, que ao longo dos séculos receberam acentos tão diversos. É o que faz HECKEL nos dois primeiros capítulos: determinar quais são as questões atuais no relacionamento entre política e fé; estabelecer claramente o que se entende por política, sobretudo no plano da ação.

Por sua parte, MANARANCHE focaliza o outro pólo da controvérsia: a fé. Frente a uma política universalizante, é necessário afirmar uma fé iluminadora da existência toda. Por isso, M. procura ver quais as relações entre a fé

e os quatro procedimentos que o espírito humano utiliza para influir numa determinada situação política: ideologia, utopia, análise racional e ética. Mas o cristão deve chegar a opções concretas, para o que precisa discernir a vontade de Deus; e esse discernimento passa pela história, pela igreja, como sinal privilegiado de salvação, e pelo coração de cada homem: momentos esses que são estudados por M. Nessas opções, também toma parte o teólogo, construindo aquilo que se tem chamado de teologia política (expressão bastante ambígua, como nota M.), e que nesta obra é analisada nas suas cinco correntes principais: teologia da revolução, teologia da violência, teologia da secularização, teologia crítico-social e teologia da esperança.

O quarto capítulo aborda o espinhoso tema do sacerdote e a política. Nele, HECKEL focaliza os prós e os contras da ação política daqueles que devem promover a unidade da comunidade cristã. Diante das incompatibilidades relativas que constata, entre ministério sacerdotal e ação política, inclina-se pela renúncia global dos sacerdotes a esta última, ficando sempre as portas abertas para casos excepcionais. Finalmente, numa visão dinâmica da Eucaristia na vida da Igreja, MANARANCHE se pergunta pela compatibilidade

entre a fraternidade sacramental eucarística e os partidismos políticos divergentes.

Para alguns, este livro poderá parecer revolucionário; para outros, conservador. Parece-me, contudo, que acerta no enfoque global. Não pretende fabricar "receitas políticas", mas apenas dar ao cristão pontos de apoio para que enfrente as próprias responsabilidades. Sem ser uma obra exaustiva do tema tratado, é um livro de valor positivo.

Jesús Hortal, S. J.

GONZALEZ DE CARDEDAL, Olegario. — *Elogio de la Encina. Existencia cristiana y fidelidad criadora* (Nueva Alianza, n.º 49), 568 pp., 21 x 13,5 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha), 1973.

A encina, esse tipo de carvalho, baixo, corpulento ressequido, das estepes espanholas constitui para o autor o símbolo da fidelidade: apegar-se à terra e vai gerando, lentamente, uma madeira dura e persistente. Em confronto com ela, o choupo tem a por abrir-se caminho em direção às alturas, com a leveza do seu tronco e o esplendor da sua folhagem. A existência cristã olha umas vezes para as raízes da encina e outras para a copa do choupo. Entre esses dois extremos é necessário descobrir o sentido da fidelidade. É isso que GONZALEZ DE CARDEDAL pretendeu neste livro. E o faz com paixão, colocando nestas páginas a sua vida cheia de ilusões, esperanças, decepções e alegrias. Após uma primeira parte, mais teórica, onde procura fixar e refletir sobre o conceito de fidelidade; e após uma segunda parte paradigmática, onde essa fidelidade é encarnada em três testemunhas fiéis (Jó, Jonas, Paulo), a terceira parte é, talvez, a mais interessante e profunda do livro. Nela, enfrentamos com o problema concreto da construção e da vivência de uma Igreja fiel; uma Igreja permanente na verdade e no testemunho, mas também permanente

na liberdade filial e na abertura do Espírito; uma Igreja que seja testemunha da transcendência, do amor, do sentido da vida, da esperança, da liberdade e da existência remida; mas uma Igreja criativa, capaz de reforma permanente, aberta para as massas e não apenas para pequenas elites. Alguns escritos menores (dentre os quais cabe destacar a "Carta a mi hermana Concha sobre la vida consagrada") completam este livro, que é simultaneamente meditação espiritual e reflexão teológica, estudo profundo e reflexo de uma vida.

Estas páginas nos revelam um teólogo que é também poeta, às vezes um tanto barroco, às vezes um tanto difuso, mas sempre lírico, porque o que escreve está escrito com o coração na mão. No meio de tantos extremismos (da direita e da esquerda) que hoje contemplamos, GONZALEZ DE CARDEDAL pode ser uma ajuda para não poucos que procuram uma fidelidade ao passado, junto com um engajamento no presente e um impulso para o futuro. Livro para ser saboreado lentamente, meditado e vivido.

Jesús Hortal, S. J.

BLANK, Josef — UELLENBERG, Gisela: O ensino ético de Jesus e os problemas modernos. Tradução do original alemão por Frei Apolônio Weil OFM, 72 pp., 21 x 13,5 cm, Editora Vozes, Petrópolis 1973.

O livro apresenta um diálogo entre o teólogo J. Blank e a filósofa Gisela Uellenberg sobre temas de teologia moral, a partir sobretudo do Novo Testamento. O diálogo é realmente interessante e os temas abordados são de verdadeira atualidade. As posições dos interlocutores gozam de certa originalidade e audácia. Primeiro abordam o tema se do Novo Testamento se pode deduzir algo como uma ética. Certamente não à maneira de E. Kant, que fazia do Reino de Deus um reino da moralidade. Cristo não veio primariamente anunciar o Reino de Deus, como uma síntese de uma moral nova, mas como salvação escatológica. Neste sentido ele tomou uma posição crítica diante do moralismo judaico. Cristo radicalizou a lei, não no sentido de aumentar as prescrições, mas de ir à raiz de toda lei: uma atitude de liberdade e de conversão radical para Deus. Esta conversão poderia hoje ser traduzida como "modificar a consciência, a mente", contanto que isto atinja até as camadas mais profundas da pessoa, até seu inconsciente. A ética de Jesus pertence à sua mensagem escatológica sobre a proximidade do Reino de Deus, que se exprime não somente pelo anúncio imediato de uma salvação universal, mas também pela vontade de Cristo da salvação impreterível de todo homem. Na sua pregação Jesus muitas vezes simplesmente apela para o bom senso, pelo qual se percebe que "o sábado foi feito para o homem e não o contrário". O mesmo se pode dizer da atitude do samaritano. Outro ponto central da ética de Cristo é colocá-la em direção ao próximo. O coirmão, per defenitionem, pertence de certo modo necessariamente ao que é ética. Apesar desta posição de Cristo, a Igreja, no seu desenrolar histórico, voltou a dar muita ênfase a lei. Toca ao teólogo refletir sobre o

fato por que existe no homem esta "sedutibilidade pela lei".

Interessantes são também as reflexões sobre o perdão e a violência. Há um círculo de violência e contra-violência, de crime e punição, próprio de nosso estado político e jurídico. A ética de Cristo viria exatamente romper tal círculo, porque ela introduz a dimensão do "perdão", que faz parar o círculo violência e contra-violência. Porque à violência se responde com o perdão. Tal perspectiva é válida numa situação em que as possibilidades de poder do ofensor e ofendido são as mesmas, ou o ofendido é mais poderoso. Não se trata de que os que estão em situação de opressão e dependência perdoem sempre seus opressores no sentido de não assumirem atitude de luta. Isto faria manter uma situação de injustiça e de opressão. Chamam atenção os interlocutores como a idéia de perdão na S. Escritura está ligada ao dom da vida. Perdoar é doar a vida a quem se perdoa, já que pela falta ele tinha como que perdido o direito a ela. Perdão é dar ao pecador uma nova chance de viver, como se nada tivesse acontecido. O passado não conta mais. Isto deveria valer para os perdões da sociedade. Pois os criminosos ficam sempre socialmente marcados negativamente. É porque não existe verdadeiro perdão.

Nesta perspectiva um poder vencedor de um movimento revolucionário se mostraria cristão através do perdão aos vencidos e não através de seu justicamento. Ele daria aos vencidos uma nova chance de viver na nova ordem. Os autores reconhecem que tal reflexão ainda teria que passar pelo crivo da experiência, ainda que em si parece válida.

Dentro desta perspectiva advogam para dentro da Igreja uma ética de liberdade, de tolerância. Mostram-se contra as medidas de excomunhão, censuras, punições,

como não decorrentes do espírito do evangelho. O papel fundamental do cristão é o de conciliação. Nesta perspectiva a Igreja teria uma função crítica e de serviço ao estado. Ela seria a pregadora da grande reconciliação, começando a mostrar isto dentro de seu próprio seio. Aí as censuras morais seriam abolidas. Alguém ficaria dentro da Igreja até quando ele quisesse, mas não seria excluído por ela. Seria realizar o conselho de Paulo; cada um suporte o peso do outro (Gal. 6, 2). Suporia da Igreja a aceitação e mesmo a institucionalização da crítica no seu seio. Esta seria sempre bem aceita e não rejeitada, lastimada, condenada, impingindo uma conotação moral negativa aos críticos.

Estas e outras idéias foram aventadas durante a discussão. É estilo

coloquial em que os pontos não são aprofundados mas ditos no seu aspecto mais picante. Entretanto o diálogo foi muito rico e profundo enquanto tal o gênero o permite. São antes idéias a serem ulteriormente discutidas e refletidas. O tema do perdão, o tema da institucionalização da crítica dentro da Igreja, como foram formulados soam ainda novos e não estamos preparados para enfrentá-los concretamente. Sem dúvida, é um diálogo que ajuda a reflexão ainda que não necessariamente que não necessariamente supõe que se aceitem os pontos de vista propostos. Estão ainda embrionários. Mas vale a pena começar a pensar neles de modo mais tranqüilo e metódico.

JBLibanio

FIERRO, Alfredo — "El crepúsculo y la perseverancia — Ensayo sobre la conciencia cristiana" 26 pp., 20,5 x 11,5 cm (Colección Estudios Sigueme n.º 5), Salamanca, Espanha, 1973.

Arrojado ensaio em busca de uma Teologia não-dogmática.

Inicialmente o autor analisa os dados sociológicos de uma erosão progressiva da consciência cristã. Não só podemos falar de uma não-cristianização, como de uma des-cristinização. Nem se pode levantar um falso elogio de que perdemos em números e ganhamos em qualidade. A verdade é que os melhores deixam a Igreja, desentusiasmados com o peso de uma estrutura que em si mesma advoga a sua "infallibilidade" e se coloca perante o mundo numa atitude a-historicizante.

Os múltiplos fatores do processo de secularização são analisados com muita argúcia. Não raras vezes a Igreja refugiou-se numa mitologia ritual, sem colocar-se numa atitude de peregrina na história, numa tensão escatológica que não admite instalação. Por outro lado, a "Igreja no mundo" como "pequena grei", é uma tentativa de não assumir-se no fracasso. Opõe-

se radicalmente ao grão de mostarda.

A atitude de fé é diferente de uma atitude de credibilidade. A credibilidade é inarmonizável com a veracidade do mundo. Assim há uma crise de identidade cristã. Iniciando por uma consciência trágica existencialista da guerra. Por uma "lógica" inarmonizável com a existência. Lógica conceitualista e essencialista dentro da própria visão bíblica. Há um mal-estar no cristianismo atestado pelo próprio Vaticano II, que não foi levado a um agir. Crise na própria consciência sacerdotal que se sente numa armadura de Gollas, acereado de Dogmas, num mundo que precisa, e aceita, somente a espontaneidade — ainda que atéia — de um "Davi". Atitudes quixotescas diante de moinhos de vento da técnica, para as quais a Pastoral nos coloca com lanças nas mãos. A consciência de um "estar-sobrando" tomou parte da consciência cristã. A própria pregação não foi capaz

de fugir das suas hermenêuticas eclesiológicas e hieráticas colocando o pregador como "instrumento" e o sujeito — ambigualmente — como objeto. Recorre-se, então, à perseverança, como uma hipótese teológica de manutenção do "status".

É a partir do Evangelho, numa possível significação existencial e de mistério, que o autor busca uma reconstrução para uma teologia

crítica e mística simultaneamente. Nesta ambigüidade o autor tenta traçar um caminho, por vezes espinhoso e incoerente, mas cheio de significatividade. Penso tratar-se de um livro que deveria ser um ponto de partida. Se não como novo sistema teológico, ao menos numa tentativa das mais felizes, de uma significação para o mundo de hoje.

Luiz Augusto Passos

MOLTMANN, Jürgen: El hombre. Autopológia cristiana en los conflictos del presente (Col. Estudios Sígueme, n.º 9), tradução do original alemão por José M. Mauleón, 160 pp., 21 x 12 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, Espanha, 1973.

Moltmann, o conhecido autor de "Teologia da Esperança", procura responder neste livro à pergunta sempre atual: Que é o homem? Esta pergunta, feita por todos os homens e em todos os tempos, é também respondida por todos, pelo menos implicitamente, por sua própria vida. Em meio aos conflitos do presente, às concepções, ideais, e mensagens de salvação para o homem e a humanidade, Moltmann apresenta a concepção cristã do homem. Entre outros motivos, é levado a escrever porque só "em Deus ele vê a dignidade deste homem", porque só na relação do homem a Deus muita coisa, que temos por inquestionável e por óbvio, se torna questionável, e porque só nesta relação nasce a esperança lá onde só parece haver possibilidade para o desespero (cf. p. 12). As reflexões desejam levar o homem à prática, à vida.

No primeiro capítulo o autor pergunta: "Que é o homem? Quem somos nós? E eu onde estou?". Tendo desenvolvido a importância capital e vital desta pergunta, Moltmann mostra, em itens sucessivos, que a própria pergunta e também a resposta surgem no confronto do homem com o animal, com os outros homens e com o divino. O auge deste primeiro capítulo está no item quarto, que apresenta a perspectiva cristã do homem: "Ecce homo. Ai tendes o

homem". Em rápidos e concisos traços, perpassando o Antigo e Novo Testamento, o autor mostra o que é o homem. "A pergunta do homem sobre si mesmo é respondida com a autocomunicação de Deus a este homem" (p. 34): "Eu estarei convosco", promessa de Deus e esperança do homem. No Novo Testamento esta resposta é especificada com Cristo Crucificado: "Ecce Homo", "Ecce Deus". Vale a pena aprofundar os elementos apresentados por Moltmann neste item.

Nos dois capítulos seguintes, "Humanismo na sociedade industrial" e "Imagens do homem e experimentos", o autor apresenta sucintamente concepções sobre o homem, presentes no mundo e na cultura atual, os ideais e esforços de salvação, presentes nas mesmas. Simultaneamente mostra as limitações, deficiências e "desumanizações" destas concepções.

No quarto capítulo "O homem e o Filho do Homem", Moltmann retoma o quarto item do primeiro capítulo e dá a conhecer mais profundamente sua tese: "Deus é a crítica do homem", as antropologias que não fazem referência a Deus desumanizam o próprio homem ao querer divinizar-lo, ao exigir que ele seja o que não é, nem pode ser: Deus. Desta forma só Deus pode criticar as falsas concepções antropológicas e huma-

nizar o homem. Ao desenvolver os critérios para uma crítica teológica do homem, o autor apresenta a concepção cristã do próprio homem. A concepção e missão do homem é ser imagem de Deus, isto é: criatura, única imagem de Deus entre as criaturas, com a missão de submeter a terra, trabalhando-a e não a destruindo. A desumanização reinante no mundo só pode ser superada pelo Filho do homem, só ele tornará o homem mais humano. Este Filho do Homem é no Novo Testamento identificado com Jesus Cristo, e com Cristo crucificado. É Ele que assumindo a miséria, humaniza o homem, mostra que o homem apesar de seus pesares pode aceitar-se e ter esperança, porque é amado por Deus. Na fé cristã o homem encontra sua humanidade. Ela liberta o homem da autodivinição. É Cristo crucificado que coloca o homem no seu lugar e lhe possibilita a reconciliação com Deus e como os homens, neste mundo desumano. Esta reconciliação abre também as esperanças do homem; esperança de viver e amar concretamente os homens no mundo atual. Este amor é possibilitado

pela recordação da ressurreição do Filho do homem crucificado. A esperança suscitada precisa ser vivida na abertura, doação e serviço desinteressado aos outros.

O autor, segundo sua linha teológica, acentua a Cristo, o Crucificado. Creio que a referência a Cristo Ressuscitado não poderia permanecer numa simples "recordação", pois é vital para a vida cristã, não somente uma recordação de Cristo Ressuscitado, mas o próprio Cristo Ressuscitado. Neste quarto capítulo falta, a meu ver, uma explicitação de um ponto capital da inteligência cristã do homem, ponto que o autor desenvolveu brevemente no item quarto do primeiro capítulo: a autocomunicação de Deus aos homens e ao homem, em e por Cristo Ressuscitado.

A obra apresenta, de acordo com a intenção do autor, uma visão sucinta da antropologia cristã, em seus dados fundamentais, em vista à vida cristã, em meio "aos conflitos do presente", também eles não puramente teóricos, mas vividos na sociedade atual.

P. Cláudio Luís Bins, S. J.

LORENZO SALAS, Gumersindo: *Frentes teológicas hoy*, (Colección "Teología y Mundo Actual" n. 35), 124 pp., 22 x 15 cm, Editorial "Sal Terrae", Santander, Espanha, 1973.

O livro compõe-se de uma série de conferências proferidas pelo autor em dois momentos diferentes. Em 1971, na Universidade de Ratisbona; em 1972, na de Munich. Seu objetivo é determinar o estatuto da Teologia dentro da pluriformidade das Ciências e também em Relação à Igreja e Magistério. Num primeiro capítulo, discute a racionalidade da verdade, contrapondo-a à pretensão indêbita da ciência como possuidora da verdade. Tira a validade da ciência. Com esta discussão, vai mostrar, no cap. 2.º, que também a ciência da fé é uma ciência que busca a compreensão da fé. Por conseguinte, também a fé não se identifica com a ciência

da fé. Neste ponto, as ciências se aproximam, mantendo cada uma o seu objeto, o seu método. No cap. 3.º, a Teologia como ciência entende-se na perspectiva do ENGAJAMENTO. É um serviço à Comunidade Eclesial e da Comunidade Eclesial. Por isso é um serviço de ordem "crítica" que tem necessariamente uma conotação sócio-política. O critério desta "crisis" vem dado no capítulo 4, onde o autor situa, com muita perspicácia, o ponto de partida de uma Teologia Cristã: ela é definitivamente escatológica. Analisa a tensão Igreja-Reino, e Teologia como a instância crítica que mata falsas identificações, evitando ido-

latrias, e convocando para o imperativo constitutivo da Fé como Êxodo. Nos quatro últimos capítulos, temos uma consequência da postura. No cap. 4.º: a historicidade do dogma e sua inevitável superação; a pobreza do Magistério, mostrando que Magistério e Teologia se subordinam ao fato da Revelação de Deus aos Homens. Este é o critério da atividade de ambos. Postula uma certa independência da Teologia, enquanto ela não é e não pode ser a justificadora das "posições" oficiais do Magistério. Cabe à Teologia a instância crítica também das afirmações dele, chamando a um e outro "à pobreza"

na escuta do Escatológico, que não se deixa aprisionar. Daí há outra consequência: a Teologia que se dá na pluralidade de teologias. Voltando a própria experiência da Igreja Primitiva, fixa-se, porém, no momento atual de natureza pluralista, e postula o pluralismo teológico, salvando-se o centro da Revelação Cristã. O livro é importante para pessoas desinformadas, a fim de não confundirem o religioso estrito com as possíveis oposições de suas categorizações. Sobretudo, quando chama atenção para o comércio da salvação de Deus e aspirações humanas.

P. José Carvalho

METZ, J. B. — MOLTMANN, J. — OELMULLER, W: *Ilustración y teoría teológica. La iglesia en la encrucijada de la libertad moderna*, (Col. Agora), tradução do original alemão de R. Ma. Sanz de Diego. 132 pp., 15 x 23 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

O pano de fundo deste livro é a emergência da razão no fenômeno histórico-cultural da Ilustração. Tendo-se mudado as idéias-forças históricas, pergunta-se qual o significado do falar teológico. São três trabalhos. O primeiro, de Moltmann: "Crítica Teológica da Religião Política". Faz uma análise de como a teologia cristã foi uma crítica da religião política do império romano, embora sendo subsumida nesta condição. E foi este o papel que a "conservou". Hoje, quando há religiões políticas, na negação das antigas, não caberia ao cristianismo (e à Teologia Cristã, evidentemente) a "fala" e o discurso da contestação da politização da religião? Para Moltmann, a teologia da cruz (eu pergunto: por que não do crucificado?) seria um caminho para a manutenção da liberdade da Teologia e o encontro de seu espaço vital (salvífico) hoje.

O segundo trabalho: "A autoridade eclesialística frente à história da liberdade", de Metz. Diante da afirmação do sujeito, Metz pergunta pelo lugar da autoridade. É a sustentação de uma estrutura inde-

vassável diante das exigências dos tempos? Ou é o serviço a uma liberdade libertadora que é o mesmo Deus para nós? Se a evidência nos levasse ao segundo ponto, dentro de um mundo manipulado, "organizado", "controlado", o cristianismo apareceria como a palavra livre, que não permite a adoração de imagens. Metz acha que um perigo muito forte para a Igreja, e por isso a sua "morte" como Igreja, é o sectarismo. Sua autoridade é a presença do espírito aberto, do diálogo, mas não da cessão.

O terceiro trabalho: "Problemas do processo moderno da liberdade e da ilustração", de Willi Oelmüller. Seu trabalho consiste na análise do confronto entre uma filosofia prática e as teorias científicas e sociais. Detém-se na análise do racionalismo crítico de Popper e Albert, mostra-lhe as aporias, sobretudo quando quer a aplicação deste racionalismo à sociedade e à política. Analisa também a teoria crítica de Horkheimer, Adorno e Habermas, fixando-se no conceito de totalidade, no isolamento da ciência e sociedade, deixando transparecer também aí as aporias.

Finalmente, volta-se para a problemática da lógica da linguagem e teoria dos sistemas. Nestes campos das teorias científicas e sociais, uma filosofia prática (onde entraria também o falar teológico) precisa focar com mais precisão os conceitos de sujeito, do mal e da meta final do comportamento. Aí

surgiria o campo da linguagem teológica significativamente posicionada. O livro é sério, para teólogos e pessoas voltadas às atividades pedagógicas em sentido estrito. Sobretudo, sua seriedade se mede pela capacidade de "crisis" em nossas "seguranças".

José Martins Carvalho

SCHNACKENBURG, Rudolf — SCHIERSE, Franz Joseph: Quem foi Jesus de Nazaré? A cristologia em crise. Tradução do original alemão por Cláudio Benemann, 112 pp., 21 x 13,5 cm, Editora Vozes, Petrópolis, 1973.

O livro é uma discussão sobre Jesus Cristo, feita por dois célebres exegetas alemães. É um gênero literário próprio. Estilo vivo, rápido e se passa facilmente de um problema a outro. A preocupação não é aprofundar nenhum ponto em concreto mas simplesmente levantar os problemas mais fundamentais e algumas pistas de reflexão sobre eles. Por isso, é um livro sugestivo, mas deixa o leitor um pouco insatisfeito. Trata-se de muitos problemas, mas sem profundidade e extensão. Pertence mais ao estilo jornalístico que ao teológico.

Além disso, temos que lamentar um pouco a imperfeição da tradução. Deveria ter sido menos ligada ao estilo e estrutura da língua alemã. Às vezes sentimos até dificuldade de entender as frases. São pesadas na formulação, distante do nosso estilo de diálogo.

No meio a este campo de problemática levantado pelos dois interlocutores, podemos assinalar alguns pontos de maior interesse. Indicam-nos como uma cristologia do Novo Testamento é importante, não como matriz para nossa cristologia, voltando aos seus títulos. Mas antes como inspiração. Assim como os títulos de Jesus, o profeta, e Jesus, Filho de Deus, vieram responder com a mesma profundidade e seriedade ao problema de quem era Jesus, em contextos culturais diferentes, judaico e helenista respectivamente, assim podemos buscar a inspiração para repetir-nos

hoje esta pergunta: quem é Jesus. Nossa resposta não deve ser uma cópia da deles, mas não pode acontecer sem levar em consideração as que foram dadas antes de nós. Importante observar sempre o horizonte cultural em que as fórmulas cristológicas nasceram. Nenhuma cristologia hoje pode escapar ao duplo pólo já presente no Novo Testamento: o Jesus histórico e Cristo glorioso. Temos em Marcos e Paulo os dois representantes dos pólos. Mas ambas as cristologias salvam os dois elementos. Paulo fala do Cristo glorioso, mas também da "theologia crucis". Marcos fala da vida de Jesus, mas à luz da ressurreição.

Outra questão, relacionada diretamente com esta, longamente discutida pelos dois exegetas, foi sobre o Jesus da História e o Cristo da fé. Não apresentam nada de original. Mas chamam atenção sobre essa tensão entre querer reconstruir um Jesus histórico, tentativa tentada em vão pela Escola liberal, e ficar com o Cristo da fé, a modo da Escola bultmaniana. Não se pode ficar em nenhum dos pólos, e sim levá-los em consideração. Hoje há uma volta ao Jesus da História, que tinha sido colocado em descrédito pela Escola da história das Formas.

Outros dois problemas candentes abordados foram sobre a relação de Jesus e Deus e sobre o horizonte escatológico do Novo Testamento. A respeito da relação de Jesus e

Deus, os interlocutores querem chamar atenção que o pensamento da preexistência não quer afirmar objetivamente algo sobre uma existência prematura de uma natureza divina de Cristo, mas quer fundamentar a validade, a intencionalidade divina, a preexistencialidade de Jesus no contexto desta linguagem e destes conceitos (p. 59). Como se vê a afirmação negativa é clara. De que não se trata ao falar da preexistência, mas se torna confusa e enredada quando querem afirmar de que se trata. A preexistência é entendida como modelo de interpretação para a vida, a cruz e a exaltação de Jesus (p. 60). Nesta mesma linha da relação de Jesus e Deus, mostram a relatividade do título "Filho de Deus" no N. T. Ele não é entendido no N. T. uniformemente. Um bom caminho é partir da idéia do "envio", onde Cristo aparece como enviado pelo Pai. Outra maneira de poder reinterpretar a relação de Jesus e o Pai seria usar a expressão de que Jesus é a imagem e a manifestação de Deus no mundo e entre os homens

e para os homens (p. 65). Este ponto tão importante, infelizmente, não foi muito aprofundado pelos interlocutores. Pouco ou quase nada se falou da autoconsciência de Jesus em relação a Deus.

Mais interessantes estão as reflexões sobre o problema escatológico. Abordam a questão de como Jesus pode ser considerado já o fim e a relação entre sua obra e a atividade humana. Percebe-se que Schierse valoriza o fato de Cristo de tal maneira que o homem hoje já pode ir construindo o mundo definitivo. Schnackenburg insiste na imperfeição de nossa situação e requer ainda uma ação de Deus no final da história pela qual a imperfeição humana é superada de modo radical e definitivo.

Este opúsculo pode ser lido com proveito por pessoas que tivessem uma cristologia muito estruturada, pois perceberiam uma nova problemática. Mas fica sempre a dificuldade do caráter rápido com que problemas complicados são acenados.

J. B. Libanio

CARDEAL GARRONE — "Teresa de Lisieux e a alegria de crer". Traduzido do Original Francês pelas Irmãs Carmelitas do Imaculado Coração de Maria e Santa Teresinha de São Paulo, 266 pp., 19 x 10,5 cm, (Col. "Oração e ação" n.º 7), Ed. Paulinas, São Paulo, 1972.

Este pequeno livro sobre a vida de Teresa de Lisieux e autobiografia, é, de fato, surpreendente, enquanto coloca o acento central na sua vivência eclesial. Sem dúvida Teresa é das grandes figuras místicas que se debruçaram sobre o mundo, apesar de não terem saído do seu Carmelo.

Movemo-nos numa Igreja que acentua muito mais seus aspectos de engajamento concreto e imediato nas tarefas do mundo, sentindo-nos responsáveis pela história. Colocamo-nos frente ao mundo atribuindo nossos sucessos e iniciativas a nós mesmos. O Evangelho não raras vezes nos desmascara atribuindo tudo à força que Ele nos dá.

Desperta na Igreja uma força de caráter místico. Uma contribuição do oriente para o Ocidente, que não se furtou à vida mística. A busca do Yoga hindu, do Zen Budismo, alucinógenos e meditações transcendentais nos leva a um retorno à simplicidade da vida, como contestação às exigências depositadas sobre nossos ombros, de manutenção de um mundo técnico. Não são poucos os movimentos de Pentecostais Católicos, Grupos de Oração Mística, "Jesus People", "Die Schutzengelsgemeinde" que se multiplicam pelo mundo inteiro. A Literatura Teológica despertou para um sentido preponderantemente carismático.

Este livro pode ser de enorme

valia àquelas pessoas que procuram o espírito místico e contemplativo, dentro do ritmo da Igreja e do mundo de hoje. É necessário um retorno frontal ao Espírito para robustecimento da Fé e do Amor, descoberta de um Deus Vivo e atuante entre nós, de um Pentecostes que não terminou, mas que continua. Todos nós temos um caminho, cheio de mistérios, traçado dentro das tempestades e aventuras da existência. Por que desprezar a mística que sempre foi a energia da própria ação da Igreja no mundo? Por que não acreditar na simplicidade do Evangelho que

nos diz que estará em nós o Espírito de Cristo? Por que tantas suspeitas frente àqueles irmãos nossos que descobriram na oração contemplativa os mesmos valores fundamentais que nós descobrimos na urgência da caridade? Entretanto, enquanto persistir o nosso tempo Provisório, e o Espírito de Cristo — com toda a sua força jovem e transformadora da história — haverá uma diversidade de caminhos. É em gemidos inexprimíveis que o Espírito nos arrasta à comunhão com os irmãos, pelo amor de Deus.

Luis Augusto Passos

HARDON, John A.: El Cristianismo en el Siglo XX, (Col. Teología y Mundo Actual 36), tradução do original inglês por Luis M. Estivaliz, S. J., 596 pp., 22 x 15 cm, Editorial Sal Terrae, Santander, 1973.

Este volume pretende oferecer, segundo o propósito declarado pelo autor na introdução, uma história concisa do pensamento e da prática cristãs no século XX, em torno do tema da "idade da comunicação". Não é uma mera cronologia dos acontecimentos mais importantes, nem um resumo dos movimentos religiosos. Episódios e tendências são o material básico que o autor utiliza para tecer a narração que abrange os primeiros 70 anos do nosso século. A análise se estende às três tradições básicas do cristianismo: as tradições católicas, as protestantes e as ortodoxas.

A obra está dividida em onze capítulos, numa abordagem por temas, e que são os seguintes: fé e incredulidade; a Bíblia e a tradição; culto e clero; autoridade e liberdade; o matrimônio cristão; vida religiosa; Igreja e Estado; teologia; moralidade; movimento ecumênico; o mundo não-cristão; missão e diálogo. No fim do livro aparece um longo índice de nomes e matérias.

J. HARDON expõe, em linguagem acessível ao grande público, as principais realizações das religiões

cristãs, suas crises e transformações. Cada capítulo aborda os traços comuns e aspectos específicos das três linhas de tradição cristã: as principais idéias, entretidas aos acontecimentos e às personalidades que mais se destacam. Seu mérito principal talvez seja ter produzido esta síntese concisa e de agradável leitura.

Por outro lado, o autor escreve história e exprime juízos a partir do ponto de vista do fiel, de alguém que crê na Igreja. É um modo de escrever história, legítimo sem dúvida, mas que cria certas limitações, sobretudo quando se trata de assuntos controversos. Nestes casos, via de regra, o autor adota uma linha de interpretação de tipo conservadora. Exemplo disto é a análise da controversia em torno do "Humanae Vitae", em que HARDON assume nitidamente uma posição de defesa da Encíclica, contra os seus críticos. Tais tomadas de posição, nem sempre explícitas (o autor se terá dado conta delas?), dão à obra uma conotação apologética. Outra limitação da obra é o fato de restringir sua análise ao cristianismo nos países desenvolvidos, sobretudo à

Europa e aos Estados Unidos. Será porque o cristianismo é sobretudo um fenômeno europeu e norte-americano? Não existe história de idéias e fatos cristãos fora destes continentes? No capítulo 8.º, que trata da história da teologia, não há uma referência sequer a movimentos teológicos em países cristãos do terceiro mundo. Será que neles

nada se produziu que merecesse registro?

Pelos seus méritos acima apontados o livro merece ser lido por quem queira ter um conspecto geral da história do cristianismo no nosso século, do ponto de vista de um católico, que creê na Igreja e fala dela com amor.

Matias Martinho Lenz

MATURA, Thadée: La vida religiosa en la encrucijada, tradução do original francês por Alejandro Esteban Lator Ros, (Col. Controversia n.º 12), 158 pp., 20 x 12,5 cm, Editorial Herder, Barcelona, Espanha, 1973.

O autor deseja levar adiante a reflexão sobre a vida religiosa que iniciou com seu livro "Célibat et Communauté", Paris, 1967. Sem pretender dar respostas definitivas, quer ajudar aos religiosos a refletir e "viver no mundo o Evangelho de Jesus Cristo na vida comum e no celibato" (p. 11).

A amplitude dos assuntos abordados não permite ao autor um aprofundamento de cada assunto: apresenta intuições, breves reflexões-fundamentações e aponta pistas para problemas suscitados.

No primeiro capítulo o autor apresenta uma breve descrição "da situação presente da vida religiosa", no mundo e na Igreja de hoje, tomando em conta dados sociológicos, estatísticos e históricos, sobre a própria vida religiosa e os esforços de renovação.

No segundo capítulo o autor reflete sobre o que constitui o específico da vida religiosa cristã. Perpassando algumas concepções, mostra-lhes a insuficiência, e julga que a vida religiosa "é uma realização original da vocação cristã vivida no celibato e na comunidade" (p. 11). Esta vocação não se especifica por um relacionamento particular a Deus, a Cristo ou ao Evangelho, mas por um relacionamento intra-humano específico, vivido no celibato e na comunidade, que repercute na totalidade do homem, embora os motivos sejam fundamentados na fé, e consequen-

tamente influenciem continuamente na vida pp. 54-57). A posição do autor, que reaparece continuamente na obra, traz elementos sugestivos para a reflexão. O assunto do celibato é retomado num item do quarto capítulo. Ao estudar o significado do celibato, o autor volta a insistir que este significado não está no plano do relacionamento a Deus (pp. 89ss), mas no plano do relacionamento humano (p. 92ss). Apresenta alguns significados humanos do celibato. Não há dúvida que estes significados humanos são importantes, talvez tenham sido negligenciados no passado. Pode-se e deve-se, entretanto, perguntar: não deveriam entrar no significado cristão do celibato aqueles elementos especificamente cristãos, que plenificam o celibato humano? Mostrando que o homem se realiza profundamente no interrelacionamento humano, mesmo sem a relação genital, o autor pergunta se o celibato cristão não é também nestas perspectivas um sinal: "abrirá talvez así el camino al futuro de la raza e de la relación que pudiera un día desligar-se de lo genital"? (p. 98). O próprio autor reconhece nisto uma certa utopia e passa para o celibato como sinal da ressurreição. Mas não há nesta interrogação e neste anseio prospectivo uma certa não aceitação do "genital" (embora pouco antes afirme claramente o seu valor salvífico, p. 92)? Não se pode parar no celibato cristão,

como na vida cristã, numa perspectiva meramente humana, é necessário especificar, tornar sempre explícita a dimensão cristológica do dado humano.

O autor não aceita no celibato cristão uma especificidade no relacionamento a Deus. Os motivos apresentados e como os apresenta estão corretos. Não é possível, entretanto, a meu ver, separar o relacionamento a Deus do relacionamento ao próximo. Se Deus chama alguém para o relacionamento com os outros ou no celibato, ou no matrimônio, então este chamamento é simultaneamente um chamamento a viver nesta especificidade do relacionamento intrahumano seu relacionamento a Deus. O relacionamento a Deus é, portanto, especificado pelo interrelacionamento humano, também naqueles relacionamentos com Deus mais "imediatos", como nos atos explícitos de fé, na oração e no culto. As reflexões do autor precisariam ser aprofundadas e ultrapassadas.

No terceiro capítulo o autor mostra brevemente (e não como ele diz no prólogo: "com uma análise detalhada"), que "a maioria dos elementos considerados próprios da vida religiosa... são de fato patrimônio comum e parte integrante de toda vida cristã, que é tomada a sério" (p. 10).

No capítulo "Questões debatidas", entre outros assuntos, o autor aborda o hoje tão discutido problema do "compromisso definitivo". Ao perguntar-se sobre a possibilidade de um tal compromisso, ele responde que sim e fundamenta esta possibilidade no próprio indivíduo e na comunidade, considerados meramente na perspectiva antropológica. As reflexões são válidas, mas a meu ver insuficientes, porque não entram no especificamente cristão. O apelo de Deus é concreto, e em questões vitais é "para sempre". A possibilidade radical de um compromisso definitivo é o amor irrevogável de Deus, que convida este indivíduo para esta ou aquela vocação concreta. Não se mostra nesta fundamentação meramente antropológica da possibilidade de um compromisso definitivo, a insuficiência da posição do autor, de que o celibato e o matrimônio não implicam num relacionamento específico a Deus?

O último capítulo: "A questão fundamental, vida religiosa, fé, oração", embora breve, é realmente fundamental. Sem uma autêntica fé e oração cristãs é impossível a vida cristã, é impossível a vida religiosa cristã. O autor é feliz, não só na maneira de abordar o assunto, como também nas pistas que dá.

P. Cláudio Luiz Bins, S. J.

CASTANHO, Amaury Cón.: Direitos humanos: aspiração ou realidade? 128 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, S. Paulo, 1973.

O Diretor do Centro de Informações "Ecclesia" e de "O São Paulo" apresenta-nos uma obra de indiscutível utilidade. A apresentação do livro é feita pelo Dr. Mário Carvalho de Jesus, o advogado dos trabalhadores nas conhecidas questões de Perus.

Sem pretensões de aprofundar, o Autor nos fornece um apanhado a respeito dos direitos humanos, sem "se inspirar em posições polêmicas" (Introdução do Autor). Abre o

livro com o próprio "Texto da Declaração Universal dos Direitos do Homem", seguido de comentários. Por um lado estes comentários deixam a desejar por serem "breves", por outro adquirem um caráter mais prático, sublinhando os aspectos mais fundamentais da "Declaração". O "primado da pessoa", os "Direitos Humanos na Sagrada Escritura" e "nas Constituições do Brasil" completam, de certo modo, esta parte da obra. O autor indica, então, como a

"Facem in terris" supera a "Declaração", num capítulo de importância fundamental. Os dois capítulos seguintes, apesar de interessantes, são muito ligados ao momento que passa e envelhecerão rapidamente: "Uma CNBB coerente consigo mesma" e "Igreja, CNBB e defesa dos Direitos Humanos". Estes dois capítulos têm caráter

"jornalístico", como o Epílogo tem caráter de manifesto: "Por uma nova ordem social". Uma boa Bibliografia do que há disponível em vernáculo, traz um excelente subsídio ao leitor. Divide-se a mesma em: "obras de caráter geral", "documentos eclesiais" e "artigos".

R. P. Paiva, S. J.

SEBASTIÁN AGUILAR, Fernando: *Antropología y Teología de la fe cristiana*, 360 pp., 12 x 18 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, 1973.

O autor é professor e reitor da Universidade Pontifícia de Salamanca. Como ele diz, "la fe es hoy el problema más urgente de la teología y de la pastoral" (p. 10); por isso ele quer apresentar "el fruto de mis reflexiones sobre la fe en estos últimos años de estudio y enseñanza" (p. 11). O livro caminha no lastro de uma reflexão baseada no pensamento tomista, ainda que marcado pela renovação da Teologia Bíblica e pelo confronto com a problemática do mundo contemporâneo (p. 12).

O livro divide-se em 13 capítulos. No primeiro capítulo, o autor apresenta as suspeitas contra a fé: a fé como pseudociência, uma linguagem de fantasias; a fé como ideologia ineficaz; em consequência, a fé como ilusão. Sobretudo, dentro do pensamento bergeriano, mostra que o nosso mundo não tem já as "estruturas de confirmação": vivemos num mundo i-religioso. A partir desta constatação, já que o autor acredita na fé como caminho de humanização, nos 12 capítulos vai tentar mostrar a plausibilidade da fé. Analisa a fé como estrutura primordial e inevitável da existência do homem. Neste contexto, mostra como há uma "continuidade" entre a fé puramente humana e a fé "sobrenatural": não são dois mundos totalmente desconhecidos. Apresenta uma oposição (não excludente) entre religião e fé, e a ação que a fé comporta e exige. Já no cap. 4-5 foca a fé do povo de Israel, como uma fé ativa, fulcra-

da na esperança da ação libertadora de Deus; juntamente com esta, analisa a fé de Jesus como sendo a aceitação da presença da comunicação de Deus em sua vida. E conclui que nossa fé só pode radicar-se na fé de e com Jesus. Mas como o homem pode chegar à fé? é uma pergunta que se põe no cap. 6. O autor julga que o descobrimento de si é como porta para a fé, mas não a cria, simplesmente "produz" a situação para a "chamada definitiva da fé" na História. Por isso, a fé não poderá ser conclusão da razão, mas decisão razoável. Por isso, diz o autor que a credibilidade do crível cai no campo da fé quando o homem se decide a crer. Deus convida todos ao "comércio" amoroso com ele. Resta a cada um a decisão. Nesta linha de pensamento, o autor afirma que podemos entender que a salvação se dá na fé, como acolhida do plano amoroso de Deus.

É possível uma fé sem Igreja? Para o autor, é impossível porque nossa fé é a fé da Igreja. Nós cremos a fé dos apóstolos. E, depois, porque seria negar a historicidade. No entanto o autor compreende o grande problema da linguagem da fé, quando analisa as contextualizações sócio-político-religiosas em que nasce a linguagem primeira da fé. Por esta razão, conforme o seu juízo, falar de fé é falar ao mesmo tempo de realidades terrenas: é mostrar a vinculação existente entre a opção do homem e sua relação com o mundo,

com a ciência, com a cultura. Mostra como uma confusão de ciência e fé cria ideologias e fanatismos. Por isso o último capítulo do livro, que me parece relativamente lúcido, faz uma prospectiva da fé. Não diz nada de novo, mas o que diz é vivo. Uma fé apoiada em si mesma, e por isso sempre à busca de objetivações; uma fé apoiada na experiência religiosa que a própria secularidade contém, embora oculta; uma fé distinta de suas expressões históricas, inclusive a expressão histórica eclesial;

uma fé de eficácia secular; sobretudo uma fé que se pensa em relação com o mundo e humanidade, e não em termos de Igreja.

Eis aí um livro que não traz muita coisa nova. Simplesmente tenta uma análise do problema da fé, sem muita ousadia. Creio que o livro valerá bastante para pessoas que têm um background religioso fraco. Em nível de profundidade maior, creio que não é este o interesse deste livro, que, todavia, merece atenção.

José Martins Carvalho

PEREIRA, L. C| Bresser: **TECNOBUROCRACIA E CONTESTAÇÃO**, 306 pp., 20,5 x 13,5 cm, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 1972. (Coleção Contracultura 3).

O autor, professor da Escola de Administração de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e também autor de "Desenvolvimento e Crise no Brasil" (*) incursiona no complexo terreno das transformações políticas e ideológicas por que passa a sociedade industrial da segunda metade do Século XX.

Na Parte I da obra refere-se às profundas transformações que sofrem as sociedades industriais nas últimas décadas deste século. Um fato relevante em meio a tais transformações, consiste na transferência do poder das mãos dos políticos e capitalistas tradicionais para as mãos dos técnicos e administradores profissionais, ou seja, para as mãos da tecnoburocracia.

Os tecnoburocratas, em nome de um racionalismo eficiente, vão criando no mundo um tipo de sociedade cada vez mais repressivo e totalitário, em que o principal elemento que dá consistência a este poder é a técnica.

A emergência da tecnoburocracia se manifesta através das revoluções comunistas, das revoluções militares e nos países capitalistas desenvolvidos, através da revolução dos gerentes.

Na Parte II, dedica à Revolução Estudantil, considera o autor que na irrupção da tecnoburocracia

faltam à velha esquerda — que insiste em negar a presença da tecnoburocracia — as condições para criticá-la radicalmente, pois, apoiando-se em uma visão marxista do mundo, é ela própria vítima de uma ideologia racionalista e utilitarista, em que a eficiência se transforma no valor máximo a ser atingido, tudo o mais a ela se subordinando.

As reações contra a tecnoburocracia ainda não atingiram o cerne da questão. A ideologia dos novos revolucionários em potencial deve ainda muito ao marxismo e ao anarquismo: é eminentemente idealista, utópica, pouco definida, mais negativa do que afirmativa, enquanto se concentra na crítica violenta da sociedade industrial tecnocrática. As soluções, segundo tais revolucionários, devem obter-se através da "praxis", à medida que evolui o processo revolucionário.

Os movimentos de contestação estudantil, arautos de uma contracultura, pretendem rejeitar de forma radical toda a cultura tecnoburocrática, na qual já vivem. Mas tais movimentos não logram êxito, porque lhes falta organização, o controle dos meios de produção e de pressão, além de serem muito transitórios. Somente através de intelectuais não-comprometidos se

poderá dar continuidade e viabilidade às causas abraçadas por tais movimentos.

Neste contexto todo também a Igreja Católica poderá jogar um papel importante, tema este que é desenvolvido na Parte III do livro.

Até há poucos anos, a Igreja era parte integrante e sustentáculo da ordem estabelecida, mas agora, passa por profunda transformação política, desvinculando-se dos antigos privilégios e compromissos e constituindo às vezes uma ameaça à ordem social vigente.

A Igreja esforça-se atualmente em procurar novos papéis, que lhe permitam reaproximar-se das elites e especialmente das massas populares que a abandonaram.

Inspirada por grandes figuras no plano mundial, especialmente por Teilhard de Chardin e por João XXIII e por um grande acontecimento, o Vaticano II, a Igreja Católica empenha-se na renovação. Especialmente na América Latina este esforço de renovação chega a torná-la uma das forças vivas de mudança social e política, portanto, como uma poderosa força contestadora da ordem de coisas atualmente existente.

Mas tal revolução ainda não foi completa e radical, porque também a Igreja é uma organização burocrática que se transforma lentamente e não pode comprometer-se institucionalmente com uma Revolução, com uma determinada ideologia, mas apenas com o homem, que é a vítima constante das situações de opressão e do crescente domínio tecnocrático.

Os temas, abordados numa linguagem acessível ao grande público, são muito oportunos, pois coincidem com as preocupações de todos aqueles analistas e observadores que se preocupam com o rumo do atual fenômeno tecnocrático. Fenômeno este que traz em seu bojo simultaneamente progressos vertiginosos e bem-estar crescente, mas acompanhados de novos problemas como a poluição em todos os níveis, a civilização do desperdício e a redução do homem a uma mera peça dentro da complexa engrenagem tecnoburocrática, sacrificando a sua liberdade e espontaneidade em prol da racionalidade, da eficiência e do formalismo.

José Odelso Schneider

(*) Desenvolvimento e Crise no Brasil, Ed. Brasiliense, SP, 1970.

COY, Juan José: Requiem por el Jesuitismo. Ensayo sobre la verdad y la imagen de la compañía de Jesús (Séptimo sello, n.º 23), 204 pp., 21,5 x 11 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha), 1974.

Há diversos modos de ser triunfalista. Um deles, bastante comum nos nossos dias, consiste em acumular as críticas e os defeitos sobre uma instituição, para poder depois aparecer como líder de uma gigantesca tarefa de reforma e salvação. Até certo ponto, é o caminho escolhido pelo autor neste ensaio. Creio que Aranguren tem toda a razão quando, no prólogo à obra de COY afirma a continuidade histórica, da companhia de Jesus, "sem mais infidelidades que as humanas historicamente inevitáveis". Sim, o burocratismo, o intelectualismo, o clericalismo e

demais ismos criticados por COY não nos transformam aos jesuítas numa espécie de anti-heróis da história contemporânea da Igreja. São falhas que temos podido observar um pouco (ou um muito) por toda a parte e que ainda não estão corrigidas. Em alguns dos exemplos citados pelo autor, poderíamos perguntar-nos até se são realmente falhas, ou se não foram respostas adequadas para uma sociedade que pensava e agia de modo bem diverso do nosso.

O ponto mais importante, e que merece ser destacado, é que este **Requiem** é entoado por alguém que

permanece e quer permanecer na Companhia de Jesus. Estou de acordo com ele em que, nessas circunstâncias, as críticas podem nascer de uma busca de maior fidelidade ao espírito de Inácio e do seu grupinho de amigos. Mas ele deverá também convir comigo em que certas recordações negativas foram criando nele um estado de espírito menos sereno para o julgamento. Quando se diz, por exemplo, que o livro é um ensaio em busca de fé, de esperança e de caridade, mas se nega a existência da caridade nos superiores; quando se julga os outros, mas se nega o direito a ser julgado por eles (veja, por exemplo, as sátiras contra a censura ou contra as informações internas na vida dos jesuítas), creio que a gente pode pensar que,

pelo menos, falta coerência no raciocínio.

Essa falta de coerência é ainda mais patente na seguinte frase: "A solução, certamente, chegará da base ou não chegará de modo nenhum. Porque o Espírito sopra onde quer e como quer..." (p. 58). Bem, será que o Espírito não quererá soprar alguma vez do alto?

A obra de COY tem razão em denunciar muitos defeitos de uma vida que deve ser "sal da terra". Acerta plenamente ao colocar o carisma inaciano nos Exercícios. Mas está escrita no meio da confusão causada por uma tempestade, quando resulta difícil marcar um rumo e até não confundir o mar com o céu.

Jesús Hortal, S. J.

TAYLOR, Michael J., S. J., e outros — "El misterio del pecado y del perdón" tradução do original inglês por José Maria Ruiz, S. J., 292 pp., 21 x 15,5 cm, (Colección "Teología y Mundo Actual" — 32), Ed. "Sal Terrae, Santander, España, 1972.

Michael Taylor, juntamente com quinze especialistas em moral, psicologia, psiquiatria e teologia, elaborou esta obra de valor inestimável a sacerdotes e religiosos que, em contato com pessoas, precisam de uma orientação, simultaneamente pastoral e científica.

A descoberta de uma cisão existencial no homem, que se acha perdido de si mesmo e alienado, já narração dos primórdios, obrigou o autor do Gênesis a narrar o pecado original. Apesar da positividade básica do ser humano, não poucas vezes lutamos contra a angústia, neurose, máscaras e outras formas defensivas, e abreações em frente a uma civilização que nos escancara. O sentimento de culpa e a culpa geram uma necessidade de desabafo, às vezes tão necessário quanto uma confissão. Como distinguir entre a culpa real e o sentimento obsessivo, nem sempre tão evidente e claro? Há poucos anos os confesores afastavam pessoas que

tinham obsessão compulsiva, taxados por "escrupulosos". Não há pois pecado nestes? Por outro lado, não podemos ficar descomprometidos com a pessoa. Como ajudá-la a superar sua angústia obsessiva? São perguntas que surgem e que os autores tentam responder.

Tanto o mistério como o perdão é um mistério no qual o homem se acha submerso. O homem acha-se inserido em Jesus Cristo. Esta inserção define-o como imagem de Deus. Ele tende continuamente à união fundamental com Deus. Seu coração se acha carente, sedento esfomeado pela felicidade. Contudo, misteriosamente descobrimos que o homem apesar de estar apelado para o bem, a verdade, o belo, não raramente sucumbe num processo de autodestruição. Acha-se simultaneamente comprometido pela positividade e pela negatividade. Isso lhe gera angústia. Angústia existencial que nem sempre tem sua raiz na esfera puramente psicológica, mas ontológica. Aqui reside

o mistério de seu ser. Jesus Cristo é uma resposta a esta ambigüidade do homem, sem despojá-lo dela, mas fazendo-o superar. Contudo a liberdade nos coloca em contínua opção. Esta redime o homem que, porém, permanece jogado à exterioridade, podendo negar-se ou expor-se à redenção. Quem entretanto conhece o coração humano sabe da imensa dificuldade de isolar os determinismos e os condicionamentos a que o homem se acha exposto. É aqui que a Graça supõe a natureza e o complexo de determinantes familiares, sociais e pessoais que o homem na história sofre. São Paulo é o primeiro a salientar a dialética do coração humano jogado no mistério da iniquidade (Rom 7).

Nos últimos anos a psicologia trouxe contribuições novas na compreensão deste mistério, especialmente dos conceitos de culpa, pecado, libertação... A Teologia foi desafiada, uma vez mais, na sua tentativa de síntese. É na pobreza

radical quanto a soluções, disposições e pastoral que os confessores e pastores se encontram. Por outro lado, o próprio sentido da penitência tem sido questionado, como uma forma de libertação — no conceito de alguns — ou de recrudescimento — no conceito de outros. E, o próprio homem sente-se desencorajado. Seus esforços na busca de superação e ajuda, tantas vezes são malbaratados por confessores incautos e descuidados.

O homem que busca o desabafo e a ajuda, cada vez mais intensa de psicólogos e aconselhadores, tem se tornado hostil ao sacramento do perdão. Como e o que pensar disto? Nunca o homem se tornou tão vulnerável à culpabilidade e, no entanto, parece que a confissão não se torna "o lugar" de busca e procura. Nisto temos um testemunho contra nós. O que há neste homem? O que há com o Sacramento da Reconciliação? O que há conosco?

Luiz Augusto Passos

MOLTMANN, Jürgen: *Sobre la libertad, la alegría y el juego*, tradução do original alemão por L. Márquez e J. Martín (Col. Estudios Sígueme, n.º 2) p. 102, 21 x 11 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, Espanha, 1972.

Num mundo morto pela ausência de liberdade, faz bem ler estas reflexões de Moltmann. Num primeiro momento, ele apresenta uma análise do papel ideológico do jogo como promotor de uma falsa liberdade, expressa numa alegria sem dimensionamento vital. Feita esta constatação, dentro da visão cristã, o autor parte de uma caracterização de Deus como o grande jogador. Deus que está criando o mundo como um jogo de sua liberdade que traduz a alegria de seu ser. Deste modo, o mundo se compreende como o jogo na e da liberdade do Senhor. Em consequência, Moltmann exige a existência do jogo da liberdade na história do mundo, já que ele, o mundo, se compreende dentro deste horizonte de jogo de liberdade em que Deus o faz ser. O mundo tem, pois, sua

razão de ser na liberdade de seu destino. Tal liberdade é também a razão de sua radical alegria. O mundo não precisa negar-se, mas sua afirmação depende de sua sintonia com as condições do jogo de Deus nas quais também agora ele precisa jogar-se, para não deturpar a jogada. Por isso, Moltmann mostra qual o papel da encarnação de Deus. É o jogo amoroso de Deus que se concretiza na ambigüidade da vida mundana, para, dentro do jogo equívoco, mostrar, na experiência da morte, a superação da ambivalência pela insurreição da ressurreição contra este estado de não-liberdade. Dentro deste contexto de jogo de Deus e jogo do homem, é que o autor discute a justificação pela fé e a justificação pelas obras, mostrando que é a fé que põe em andamento a vida

de jogo do homem, explicando as obras que só constroem dentro da fé que é envolvente. Aí se entende também que não é mais hora de liberar-se internamente ou externamente. O problema é que a liberação do coração é idealista, e a liberação circunstancial é materialista. Por isso, há uma dialética que só o jogo de Deus, vencido na ressurreição do Verbo, garante como dinâmica da própria história. Por conseguinte, o cristianismo é necessariamente um jogo de liberdade, onde se respira a alegria, permeada pela certeza da vitória

que incide politicamente. Por isso, ele termina o livro, com uma pergunta incisiva sobre o papel profético da Igreja, e, na lógica de seu pensamento, pode dizer: a Igreja é "comunidad de los hombres libres..." e assim ela possui "un valor óntico demostrativo", porque "en la libertad esperada y recordada de Cristo la Iglesia presta un servicio de liberación a los hombres" (p. 101). Numa palavra, o livro nos convida a repensar a Igreja-Sacramento.

José Martins Carvalho

LÓPEZ DÓRIGA, Enrique: *Jerarquía, Infalibilidad y Comuni3n intereclesial*, prólogo de Karl Rahner (Biblioteca Herder, n.º 137), 516 pp., 14,4 x 22,2 cm, Editorial Herder, Barcelona (Espanha), 1973.

Este livro parte de uma preocupação ecumênica: é Roma um centro de unidade ou de desunião entre os cristãos? O Concílio Vaticano II afirmou ser a função primacial do Papa "sinal e centro da unidade" da Igreja. Mas, por outra parte, para um bom número de cristãos, constitui o ponto central da divis3o entre as diversas confiss3es da fé que pretende remontar as suas origens até Cristo. Por isso, LÓPEZ-DÓRIGA quer encontrar uma vis3o da primazia e da infalibilidade romanas, que, conservando aquilo que pertence ao dogma católico, o deixe limpo das impurezas acumuladas ao longo dos tempos, fazendo com que responda mais ao espírito do Novo Testamento e à genuína tradiç3o da Igreja. Para conseguir isso, o autor estuda, de acordo com a moderna eclesiologia, as estruturas hierárquicas da Igreja. Sem apresentar uma grande originalidade, é, contudo, notável o acúmulo de dados bíblicos e históricos recolhidos respectivamente na primeira e na segunda partes. É digna de louvor a sinceridade com que são apresentados não apenas os fatos positivos, mas também os negativos no desenvolvimento institucional da Igreja. Como não podia ser menos,

numa obra que aproveita a bibliografia pós-vaticana, há um lugar especial para o estudo do colégio episcopal, da relaç3o entre Igreja universal e Igreja local e do binómio Primado-Episcopado.

Na terceira parte, que como nota Karl Rahner na introduç3o, é "a mais original do livro todo e a que pode trazer consequências mais fecundas para o diálogo entre ortodoxos e católicos", L. D. examina o problema da infalibilidade eclesial, quer dizer não apenas uma das suas manifestaç3es, como seria a infalibilidade pontifícia. É francamente sugestiva e interessante a análise que faz dos concílios ecumênicos. É altamente original a sua classificaç3o dos mesmos, distinguindo entre concílios históricos, jurídicos e eclesiais e creio que nela há muito de verdade. Mas acho difícil aceitar plenamente a sua idéia de que unicamente o Vaticano II seria um concílio eclesial e, por isso, plenamente ecumênico. Contra o otimismo do autor, que nessa teoria vê um passo gigantesco na marcha do ecumenismo, pergunto-me se não teria sido muito mais frutuoso um estudo sobre as possibilidades e tarefas de um hipotético e futuro Concílio "intereclesial", com a in-

tervenção de ortodoxos, anglicanos e de todos quantos reclamam uma sucessão apostólica no seu ministério. É aí onde, ao meu ver, reside atualmente a chave para sairmos do impasse atual do ecumenismo.

O último capítulo, dedicado ao estudo do magistério do Bispo de Roma, tem também horizontes ecumênicos. Partindo da afirmação do Vaticano II sobre uma "hierarquia das verdades", L. D. chega à conclusão de que "quem nega a infalibilidade do romano pontífice nega um dogma análogo em relação aos outros dogmas e, portanto, só pode ser chamado de herege num sentido análogo... Só por esta razão devemos concluir que negar o dogma vaticano da infalibilidade não constitui motivo suficiente para impedir a comunhão eclesial" (p. 487). O que dizer destas conclusões? Não há dúvida de que o dogma da infalibilidade é de categoria diferente dos outros dogmas. Enquanto estes visam diretamente o conteúdo da verdade salvífica, a infalibilidade se orienta mais diretamente para a formulação desses conteúdos: é um dogma sobre os dogmas. Mas, haverá aí alguma chance para o ecumenismo? Não acabo de ver claro o raciocí-

nio do autor. Se houvesse uma comunhão eclesial sem a aceitação do dogma da infalibilidade, não seria uma comunhão ameaçada constantemente pela ruptura e a divisão? Porque as definições pontifícias não deixariam de ser infalíveis nas condições requeridas (e isto é afirmado expressamente por LÓPEZ-DÓRIGA) e então poderia surgir de novo o conflito, não sobre a declaração no seu aspecto formal, mas sobre o seu conteúdo. Por isso, também aqui me pergunto se os caminhos do ecumenismo não devem correr mais no sentido de um aprofundamento do instituto da "recepção" eclesial e do caráter sinodal da Igreja, em lugar de andar procurando distinções sutis para fazermos mais aceitáveis dogmas que, no fundo, não negamos nem negaremos. O esforço do autor é louvável e pode servir de etapa provisória no caminho da unidade, mas não me parece uma meta definitiva. Com os conhecimentos demonstrados na elaboração deste livro, com o seu poder de síntese, com a originalidade que lhe é própria, ele mesmo poderia empreender a tarefa já apontada na marcha para união dos irmãos.

Jesús Hortal, S. J.

METZ, René — SCHLICK, Jean: *Matrimonio y divorcio*, trad. de Alfonso Ortiz (Nueva Alianza, n.º 62), 280 pp., 21,5 x 13,5 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca (Espanha), 1974.

Esse volume reúne os trabalhos do colóquio científico, interdisciplinar e pluriconfessional, organizado pelo CERDIC (Centro de pesquisa sobre as instituições cristãs), da Universidade de Estrasburgo, sobre o tema indicado pelo título.

O que mais chama a atenção nele é a largura do horizonte abarcado. Abre-se com um trabalho de sociologia aplicada, sobre as estatísticas do divórcio na França. Há, depois um enfoque psicológico numa investigação sobre os problemas que a eleição do cônjuge apresenta. Depois, num leque extraordinaria-

mente variado, vemos concepções sobre o vínculo matrimonial bastante divergentes da nossa tradição romana; no judaísmo, no Islã e em certos povos da África negra. É interessante constatar a idéia do matrimônio que se vai aperfeiçoando por etapas sucessivas (o que não significa precisamente etapas de ensaio), em confronto com a concepção romano-canônica do surgimento instantâneo do vínculo mediante a troca de consentimento.

Numa segunda parte, há uma tentativa de compreensão histórica

das concepções eclesiásticas sobre o vínculo matrimonial: da incertidão da alta Idade Média, até os casos de dissolução que a prática canônica apresenta a partir de Trento. A terceira parte, de marcado sabor ecumênico, mostra-nos as atuais perspectivas da Igreja no campo matrimonial, sob o ponto de vista protestante (calvinistas e luteranos), ortodoxo e católico. De modo especial, merece destacar-se o artigo de J. G. GERHARTZ sobre indissolubilidade do matrimônio e a sua dissolução pela Igreja na problemática atual. O seu conhecimento da doutrina, da legislação e da jurisprudência canônicas levam-no a mostrar uma série de pontos em que seria necessária uma investigação ulterior, sobretudo em rela-

ção ao poder da Igreja acerca do vínculo matrimonial.

Pelo próprio caráter do colóquio recolhido neste livro, é natural que não haja nele conclusões do grupo. Foi apenas uma troca de idéias e opiniões, passíveis de serem apresentadas aos que se interessam pelo tema escolhido, bem como às autoridades responsáveis pela disciplina oficial da Igreja. De modo geral, os conferencistas não pretendem fazer passar como certas simples opiniões ou hipóteses de trabalho. Mas abrem vastos horizontes para a reflexão e a investigação posterior. Por isso, o livro pode ser útil a todos quantos se interessam pelos temas matrimoniais.

Jesús Hortal, S. J.

LUCKMANN, Thomas: *La Religion invisible*, tradução do original inglês por Miguel Bermejo, 129 pp., 23 x 15,5 cm, Ediciones Sígueme, Salamanca, Espanha, 1973.

Thomas Luckmann, ao lado de P. L. Berguer, é um dos estudiosos da Sociologia da Religião de maior renome na sociologia atual. Seu pensamento expresso na presente obra apresenta-se como autêntica revolução dentro do campo da Sociologia da Religião.

José Gómez Caffarena, num extenso prólogo de nove páginas, situa a obra, e refere suas qualidades e objetivos dentro da Sociologia da Religião mais recente.

A obra de Luckmann não pretende constituir-se num tratado completo de Sociologia da Religião. O autor pretende esboçar uma hipótese sobre a situação e o destino da religião no mundo secularizado da sociedade industrial moderna. O objetivo geral da obra é mostrar que a religião na sociedade moderna passa da esfera da igreja oficial institucionalizada para a esfera da vida privada dos indivíduos. Daí o título da obra, *LA RELIGION INVISIBLE*, plenamente justificado, pois, expressa exatamente o caráter privado da religião na vida do homem moderno.

O autor desenvolve sua hipótese num nível teórico bastante denso, sem muita preocupação por ilustrações complementares. Daí uma certa dificuldade de o leitor simples assimilar a seqüência lógica dos conteúdos da obra numa leitura fácil, e atingir o alcance da sua terminologia sem reflexão complementar. O elevado nível de coerência e lógica do pensamento do autor, na perseguição do objetivo da sua reflexão, tornam-se evidentes quando se relê a obra. A audácia das suas hipóteses tornam-na apaixonante para o sociólogo que procura compreender a cultura atual em suas raízes mais profundas. Para o homem religioso de hoje, que se interroga com ansiedade sobre a sorte da religião na sociedade em que vive, o estudo de Luckmann representa uma nova luz em meio ao turbilhão de teorias, opiniões e afirmações da Sociologia da Religião mais recente, que caracterizam em parte como ingênuas identificações da sociologia da religião com sociologias paroquiais tradicionais, em parte como precipitadas afirmações interesseiras

do fim da religião como tal na sociedade moderna.

A obra de Luckmann consta de sete capítulos, dos quais o sexto sintetiza a tese central do autor. Os cinco capítulos anteriores são partes preparatórias decisivas para a compreensão global da composição sintética da hipótese como tal.

No primeiro capítulo o autor se dedica a elaborar uma rápida visão crítica dos métodos usados em geral na Sociologia da Religião atual de moldes tradicionais. O segundo trata da noção de religião sob o ponto de vista sociológico. Nos capítulos terceiro e quarto Luckmann procura elaborar uma definição diferente de religião, baseado fundamentalmente no seu aspecto funcional, e descartando a definição substancialista predominante na Sociologia da Religião até o presente. No capítulo quinto o autor enfoca mais de perto a religiosidade a partir do indivíduo, enquanto processo de interpretação e significação das experiências subjetivas. Através da interação e integração das próprias experiências interpretadas com as experiências interpretadas dos outros indivíduos e da própria sociedade, o indivíduo processa sua própria socialização e estabelece um sistema de valores de relevância transcendente para sua vida. Ele interioriza uma visão histórica do mundo, que inclui um cosmos sagrado, ou seja, um sistema hierárquico de valores subjetivos de alcance religioso. O indivíduo encontra sua própria identidade não assimilando simplesmente os modelos de conduta religiosa oficiais institucionalizados, que a sociedade elaborou anteriormente, mas contrapondo a estes a corrente de valores de relevância última, subjetivos que se lhe apresentam como tais espontaneamente dentro do processo de sua socialização.

No capítulo sexto Luckmann, a partir das várias considerações parciais anteriores, passa à elaboração sistemática e sintética da sua hipótese como tal sobre a sorte da religião na sociedade industrial moderna, e, em consequência, sobre

a sorte dos modelos oficiais institucionalizados de religião próprios da sociedade clássica anterior. Três características fundamentais da história da religião polarizam o desenvolvimento da hipótese de Luckmann:

— O modelo oficial institucionalizado de religião, ou seja, a religião orientada para a igreja.

— Os processos subjetivos de elaboração dos universos simbólicos de significado religioso, ou seja, de relevância última para o indivíduo em sua vida.

— As prioridades de significado e conduta do indivíduo.

Analisando estes três aspectos que atuam e influem no processo de socialização do indivíduo, o autor leva à conclusão de que a religião está em crise e em fase de decadência e desaparecimento no que se refere à dimensão da religiosidade orientada para a igreja. Em outras palavras, o que está em crise é o modelo oficial institucionalizado de religião, mas não a religião como tal na sociedade industrial de hoje. A forma de religião que subsiste e se afirma cada vez mais nesta sociedade moderna é a religião privada do indivíduo. Esta forma surge como resultado da incoerência do modelo oficial institucionalizado frente aos valores de relevância última, concretizados pelo indivíduo através dos processos subjetivos, a partir das experiências compartilhadas e integradas da vida diária. A incoerência do modelo oficial institucionalizado frente aos sistemas de valores de significado último subjetivos leva hoje a um crescente abandono deste modelo de religião oficial em favor de prioridades de conduta subjetivas de significado último, mais plausíveis para a vida do indivíduo na sociedade moderna.

Como no campo social e econômico também no nível dos valores de relevância se oferece ao homem da sociedade industrial moderna um mercado riquíssimo de valores à disposição da escolha do indivíduo. Diante deste mercado o indivíduo assume a atitude de comprador e consumidor também na

estruturação da sua religião, escolhendo e organizando para si um modelo privado mais ou menos sistematizado e interiorizado, cujas características são uma ampla flexibilidade e mesmo um certo grau de instabilidade, diante de novos valores religiosos que constantemente se lhe oferecem no mercado. É o que o autor chama de privatização da religião, ou seja, a passagem da religião para a esfera da vida privada do indivíduo, onde obedece aos critérios dos universos simbólicos subjetivos de significado religioso. O modelo de religião oficial institucionalizado, conseqüentemente, nesta sociedade, encontra-se em fase decadente, sendo abandonado progressivamente, e limitando-se sempre mais a faixas de população marginais da sociedade industrial, subsistindo ainda nas faixas de população que se situam na periferia entre a sociedade moderna industrial e a sociedade tradicional anterior.

A tese de Luckmann se apresenta, assim, como uma obra deveras audaciosa e original para o pensamento atual, e que se projeta muito mais para o futuro do que sobre o presente e passado, quanto à religião vista a partir do campo da Sociologia.

A presente hipótese leva ainda o autor a deter-se num último capítulo em algumas considerações sobre os temas que prevalecem no cosmos sagrado da sociedade moderna. Alguns dos temas disponíveis no cosmos sagrado da sociedade atual tem sua origem no cosmos cristão tradicional, e outros se originam das ideologias institucionais "seculares" dos séculos anteriores. Além destes há os originados na esfera da existência privada. As instituições religiosas especializadas continuam sendo uma das fontes que contribuem a formar o mercado temático do cosmos sagrado moderno, em forma de instituições não já primárias, mas secundárias. O mesmo acontece com alguns valores das ideologias políticas e econômicas dominantes na sociedade clássica anterior. Os temas dominantes

que se originam na esfera privada são relativamente instáveis, muito variáveis e difíceis de serem definidos, porque muitas vezes ainda mascarados por uma linguagem e roupagem remanescente da retórica cristã tradicional. Os temas principais enumerados pelo autor são a autonomia do indivíduo, o familismo, a sexualidade, a auto-expressão, a auto-realização e o ethos da mobilidade. Estes estão acompanhados de uma série de argumentos menos importantes de algum status sagrado.

Num Postscriptum no fim do livro, Luckmann afirma que não tencionava com seu estudo entrar na questão do valor e das conseqüências morais do processo de privatização da religião na sociedade moderna, para o homem de hoje, mas afirmar a presença da realidade sacral e religiosa nesta forma social, diferente da sacralidade e religiosidade do homem em outras formas sociais anteriores.

Não há dúvida, o autor conseguiu atingir bastante bem o objetivo da presente obra, mostrando ao leitor numa seqüência lógica e coerente a crescente passagem da religião para a esfera da existência privada na sociedade industrial moderna como um fato inegável. A sua hipótese simultaneamente mostra a debilidade das doutrinas que negam simplesmente um lugar para a religião na sociedade moderna. Como enfoque original do problema da religião dentro da sociologia, o estudo de Luckmann não aspira a ser a última palavra sobre o assunto, mas um ponto de partida para novos estudos críticos e conclusões científicas.

Pode-se dizer que a hipótese de Luckmann se apresenta limitada na medida em que baseia suas conclusões no contexto do "mundo ocidental". Talvez o autor também tenha desconsiderado aquele setor de indivíduos que vivem hoje uma religiosidade autenticamente pessoal, sem se considerarem desvinculados dos grupos e dos modelos oficiais de religião tradicionais, mas realizando uma síntese dos

modelos tradicionais com as exigências do mundo atual.

José Caffarena conclui o seu prólogo ao livro de Luckmann dizendo que é uma obra que "merece leitores pacientes e profundamente reflexivos, que não se precipitem em deduzir conseqüências práticas de tipo entusiasta ou condenatório,

mas que assumam a tarefa de pensar e decidir-se a descobrir as condições de um tratamento empírico da hipótese, que permita verificá-la ou refutá-la. Ou, o que é mais provável ocorrer, permita fazê-la progredir no que diz respeito à sua complexidade".

José Vollmer

HELLMANN, Rainer: O Quarto Poder: As Empresas Multinacionais. Tradução de Alex. A Macintyre, 222 pp., 21 x 14 cm, Edições Loyola, São Paulo — SP 1974.

O Dr. Rainer Hellmann, que trabalha numa agência especializada do noticiário econômico da Alemanha Ocidental, trata neste livro científica e objetivamente, com muitos dados estatísticos, uma realidade de nosso tempo: as empresas multinacionais, assunto que em muitos meios e com freqüência é pensado e tratado não objetiva, mas subjetivamente. Gerando-se assim polêmicas pouco significativas para questões de tanta importância para o progresso e o desenvolvimento dos povos, nos quais as multinacionais têm influência direta.

O desenvolvimento destas empresas, muitas vezes tidas como apátridas, mudou substancialmente os termos de intercâmbio comercial, criou problemas monetários incidindo na paridade cambial, suscitou questões de ordem sindical e superou amplamente o sistema de legislação — de competência nacional —, bem como provocou inquietações em países de acolhida, ao verem passar ao controle do estrangeiro empresas de grande porte de sua economia. Todas estas questões e outras são tratadas neste livro de Rainer Hellmann, que vem trazer ao público em geral uma visão de estrutura e atuação das contravertidas empresas multinacionais.

As multinacionais com seu esquema econômico — produzir-distribuir-consumir — romperam as fronteiras nacionais e integram a economia mundial, e demandam aos estados uma maior intervenção

política e legislativa para atender às necessidades e desafios das multinacionais. Tais medidas interventoras são necessárias, seja para equipar o sistema de legislação para resolver questões entre empresas multinacionais e estados de acolhida, seja para controlar-lhes o poder de influir profundamente nas economias nacionais ou mesmo determiná-las, prejudicando qualquer programação econômica.

Como não existe ainda uma definição corrente de multinacional, o autor apresenta tentativas de definição. Mas o que mesmo resulta não são propriamente definições, mas características comuns de empresas multinacionais.

Os principais fluxos de investimentos americanos na Europa aconteceram na década de 1960. Os setores mais visados foram: o petróleo, metalurgia, comércio, serviços e outros.

Estes investimentos provocaram polêmicas nos países da Europa, sendo que na França encontraram maior resistência. Mas como a situação do Mercado Comum é sui generis, a política restritiva de um membro significará o deslocamento do investimento para outro país do Mercado, perdendo com isso grande volume de capital, produção e tecnologia para o vizinho. Exige assim, em meio a estudos e uma política econômica em nível de Europa, uma estratégia inteligente para com os investimentos estrangeiros.

O autor analisa também a reação de grandes firmas européias que

enxamearam para os Estados Unidos. Mostra as condições que aí encontraram, bem como a política dos Estados Unidos referente às empresas européias em seu território.

Faz uma análise do dilema administrativo de centralização ou descentralização da direção. Se a centralização ou descentralização se constituem num problema de estratégia administrativa em nível nacional, ou mesmo regional, com muito mais razão o será em nível multinacional, uma vez que as condições mudam muito de um país para o outro. Não existe uma regra geral que resolva todos os casos, mas cada empresa, dependendo do setor em que atua, deverá encontrar soluções próprias para sua política administrativa.

As questões centrais deste livro dizem respeito ao receio dos países de acolhida de verem sua independência debilitada em virtude do controle de setores chaves de sua economia por estrangeiros. Apa-

rece também a contra-ofensiva, em muitos países, ao poder das multinacionais procurando impedir a expropriação de economias nacionais, adequar os sindicatos em relação às multinacionais, controlar a participação majoritária de estrangeiros nas empresas do país, e outros recursos operacionais para assegurar o controle eficaz destas empresas, que vise prevenir um uso abusivo deste instrumento de integração da economia internacional e de progresso. Não se trata de criar obstáculos à expansão geográfica das multinacionais, mas orientá-las para o desenvolvimento dos povos.

Não se sabe se a tradução portuguesa está baseada no original alemão ou na versão francesa.

O livro é de fácil compreensão poderá ser lido com proveito pelo público em geral que domina alguns conhecimentos de economia e direito. Será um grande subsídio para professores e alunos da área de economia e direito.

Geraldo A. Schweinberger.

CONVENTUS CANONISTARUM HISPANO-GERMANUS
Salmanticae diebus 20-23 Januarii 1972 habitus: **De Lege Ecclesiae Fundamentali condenda** (Monografias canónicas Peñafort, núm. 17), 196 pp., 24 x 17 cm, Consejo Superior de Investigaciones Científicas — Instituto "San Raimundo de Peñafort", Salamanca (Espanha), 1974.

Nos dias 20 a 23 de janeiro de 1972, quando ainda estava quente a polémica em torno ao projeto de Lei Fundamental da Igreja enviado aos bispos, o Instituto San Raimundo de Peñafort, de Salamanca, organizou um colóquio entre canonistas e teólogos espanhóis e alemães (ou melhor, de língua alemã). Decisiva para o sucesso desse encontro foi a participação do Instituto de Direito Canónico da Universidade de Munique, que pouco tempo antes aprontara um substitutivo ao projeto vaticano.

Uma visão de conjunto foi oferecida pelo professor Klaus Mörsdorf, com uma insistência no tema, tantas vezes por ele tratado, das relações entre Teologia e Direito canónico. Leo Scheffczyk, por sua

vez, centrou-se mais nos aspectos teológicos, ou mais concretamente nos aspectos eclesiológicos, com as dificuldades que uma linguagem jurídica comporta quando se tenta exprimir o que é a Igreja. Tomás García-Barberena estudou os problemas técnico-jurídicos apresentados pelo projeto, especialmente pelo seu caráter de lei constitucional. José Jiménez y Martínez de Carvajal focalizou os direitos e deveres dos fiéis e a sua expressão na futura Lei Fundamental. Finalmente, Eugénio Corecco centrou a sua exposição na estrutura fundamental dos órgãos de governo da Igreja.

Ao meu ver, é essa última palestra a que atualmente conserva

maior interesse, ao apresentar uma concepção de Igreja baseada na idéia de comunhão. O projeto vaticano não fazia a distinção suficientemente entre Igreja universal e igrejas particulares. Corecco, seguindo o projeto muniquês, fala-nos de uma Igreja universal constituída pela comunhão de igrejas particulares. É aí onde creio que se encontra um caminho aberto para o ecumenismo: na comunhão eclesial e na estrutura sinodal.

É uma pena que a edição deste colóquio tenha vindo tão tarde (mais de dois anos após a sua realização), porque a sua contribuição para a compreensão do projeto de Lei Fundamental da Igreja, que poderia ter sido original, perdeu uma boa parte da sua novidade. Mesmo assim, constitui um estudo sério, profundo e objetivo de um tema que ainda precisará de aprofundamentos posteriores.

Jesús Hortal, S. J.

CASTRO TEIXEIRA, Nereu de: *Canto de esperança*, 56 pp., 19,5 x 12 cm, Edições Paulinas, São Paulo, 1973.

O conhecido P. Zézinho, apresentando o P. Nereu e o presente livro, escreve: "O Canto de Esperança do P. Nereu é uma tentativa do padre e do irmão mais velho, que busca ajudar a nova geração a esperar contra toda esperança" (p. 7s).

Numa linguagem simples, harmoniosa e poética — não é sem motivo que o livro se intitula: **CANTO de Esperança** —, muitas vezes em forma de diálogo íntimo com o leitor amigo, P. Nereu sabe transmitir esperança cristã para os dias de hoje. Anuncia para jovens, e não só para eles, a seu modo, mas realmente, a vivência da esperança evangélica, em suas diversas dimensões. O que realmente se pode admirar neste "Canto da esperança" é a sua profundidade teológica a par da simplicidade poética. O teólogo encontrará neste livro o verdadeiro ponto de partida da "esperança": "Não sei se concorda comigo quando afirmo, na mais simples e existencial convicção: só aprende a esperar aquele que conheceu o fracasso" (p. 10); "lá na mais profunda miséria, onde a gente é só a gente mesmo, onde só Deus, enfim, conta, apesar de nem sempre o declararmos... ela subsiste" (p. 15); "só pode esperar quem é pobre. Pobre bíblico. Pobre evangélico" (p. 17). Nereu apresenta a própria estru-

tura da esperança, ao longo dos diversos itens de seu livro; no que consiste sua "imperfeição" (limitação) e sua "perfeição"; a absoluta necessidade de a encarnar e comunicar aos outros; seu caráter histórico-dinâmico-árido, em íntima relação à fé e ao amor; sua íntima conexão com a "simplicidade" bíblica: "ser criança, amigo, para viver a esperança de estar sempre renascendo, sempre revivendo, sempre 'outra vez... outra vez...'", na caminhada para a plenitude (p. 30s). Não faltam as alusões explícitas à gratuidade do dom da esperança cristã "alguém fez esperança". Deus, Cristo (p. 50), à qual, entretanto, o homem precisa corresponder: "Se ela independe de nós em sua colocação dentro da gente, ela depende de nós em ser vida na vida da gente" (p. 51). Embora o livro todo seja dedicado aos jovens, Nereu não pode deixar de dedicar um item explicitamente à encarnação da esperança na vida do jovem. Em três páginas densas, o autor descreve incisiva e concretamente o germe do desespero, presente em diversos lugares e situações: "deixai toda esperança vós que entraís..." (pp. 35-37). O precioso livro pode ser lido de um fôlego, mas sua riqueza só captará aquele que souber interiorizá-lo.

P. Claudio Luiz Bins, S. J.

ELBERT, J. Edmund: "Problemas actuaes de psicologia que usted debe conocer." Traduzido do original inglês por José Aduriz, S. J., 362 pp., 21,5 x 15,5 cm (Colección "Espiritu y Vida" n.º 40, Editorial "Sal Terrae", Santander, Espanha, 1972.

A Psiquiatria a partir de uma visão antropológica de Nietzsche, Feuerbach, Freud e Marx não poucas vezes se chocou com a concepção cristã do homem. Apesar do fenómeno humano ter características comuns, especialmente características atavísticas, permanece um certo grau de personalismo e historicismo na concepção de cada pessoa, sobre si mesmo e sobre o mundo.

O elemento personalista, na psicologia, supera — ao menos no Brasil — a psicologia "Behaviorista" e a "Psicologia social". Contudo o ritmo crescente de progressismo técnico imprimido pelo governo brasileiro desperta uma problemática até agora inexistente. Trata-se da ambigüidade Pessoa-Máquina. Enquanto a mentalidade técnica não invadir o homem e torná-lo um "homo-faber", um autómato, uma peça de máquina, não será raro que as pessoas nos procurem para salvar a pessoa nelas existente. Os consultórios estão eivados de depressivos, inseguros, desequilibrados emocionais e compulsivos. E talvez os piores não tenham mais consciência da sua angústia e da sua alienação de si mesmos. É ao pastor ou ao presbítero que recorre a maior parte das pessoas. Acresce a tudo isso que somente uma certa "classe", economicamente amparada, pode desfrutar de um divã ou de um psicólogo. Daí a importância que reveste o Aconselhamento Pastoral.

A Pastoral foi uma resposta a um tipo de sociedade-massa. Estava

sendo proposta a uma sociedade patriarcal, corporativa, burguesa, familiar. As relações primárias foram supressas pelo anonimato crescente. A solidão tornou-se o "handicap" do homem da megalópolis. O instinto de conservação num grupo, que gerou as cidades, esfacelou a comunicação, o espelhamento no outro, e gerou um homem desconhecido a si próprio. Ora, a Pastoral está despreparada para responder a estas situações. A Pastoral, o Direito, as celebrações Litúrgicas, tudo estava em função do genérico, e raramente da pessoa. Hoje se acentua a necessidade do confronto pessoal, testemunho, acompanhamento. A regra geral torna-se uma exceção. Antes havia uma orientação geral para a vida cristã, hoje também existe, mas os fatores de personalização se complexificam; como reação dialética à massificação progressiva; e a diversificação e a pluralidade acentuam-se. A comunidade deixa de ser o critério áureo no relacionamento pastoral. Daí surge que a maioria dos pastores está numa perplexidade quanto às suas atitudes pastorais, antes efetivamente transformadoras, hoje efetivamente inócuas.

Este livro é uma das mais felizes tentativas de "re-armamento" frente aos problemas pastorais tão contraditórios: drogas, álcool, sexo, violência, suicídio e perturbações emocionais. Dá normas pastorais práticas de atendimento e ajuda a pessoas.

Luiz Augusto Passos